



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS – CCJP**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS POLÍTICAS**

**LAURA ESCUDEIRO DE VASCONCELOS**

**A COOPERAÇÃO CUBANA PARA O DESENVOLVIMENTO:**  
**A HISTÓRIA VERSUS O MODISMO**

Rio de Janeiro  
2013

**LAURA ESCUDEIRO DE VASCONCELOS**

**A COOPERAÇÃO CUBANA PARA O DESENVOLVIMENTO:  
A HISTÓRIA VERSUS O MODISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Coordenação do Curso de  
Graduação em Ciência Política da  
Universidade Federal do Estado do Rio de  
Janeiro como requisito parcial à obtenção  
do título de Bacharel em Ciência Política.

**ORIENTADORA:** Enara Echart Muñoz

**CO-ORIENTADOR:** Carlos Roberto Sanchez Milani

Rio de Janeiro

2013

**LAURA ESCUDEIRO DE VASCONCELOS**

**A COOPERAÇÃO CUBANA PARA O DESENVOLVIMENTO:  
A HISTÓRIA VERSUS O MODISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Coordenação do Curso de  
Graduação em Ciência Política da  
Universidade federal do Estado do Rio de  
Janeiro como requisito parcial à obtenção  
do título de Bacharel em Ciência Política.

Comissão Julgadora:

Prof. José Paulo Martins Junior;

Prof. Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite

Prof. Enara Echart Muñoz

Rio de Janeiro

2013

*Àqueles que se encontram fora da moldura.*

## **AGRADECIMENTOS**

*São diversas as pessoas e circunstâncias que fizeram esta realização possível. Gostaria de agradecer à minha família, que sempre concedeu apoio aos meus projetos e sonhos.*

*Aos meus pais, que priorizaram minha educação e nunca falharam em transmitir valores essenciais que integram meu caráter.*

*Especialmente à minha mãe, grande exemplo de mulher, sem a qual não seria possível chegar até aqui.*

*Ao meu pai, que dedicou sua vida aos seus filhos e cujo suporte transcende palavras.*

*Ao meu padrasto, que contribuiu imensamente no processo de elaboração deste trabalho e esteve presente de forma imprescindível em todas as etapas da minha vida.*

*Ao meu irmão, que sempre amparou minhas fraquezas e incentivou minhas loucuras, cujo apoio incondicional tornou possível a concretização desta etapa e permite vislumbres sobre o futuro.*

*Aos meus amigos, que suportaram a ausência e tornaram possível a descoberta de novos horizontes. A eles devo grande parte da minha identidade e força para seguir em frente.*

*A todos aqueles que cruzaram o meu caminho durante esta trajetória e que deixaram um pouco de si.*

*Gostaria de agradecer também aos meus orientadores, que dispensaram tempo, atenção e dedicação ao presente estudo.*

*Sem vocês, nada disto faria sentido. Muito obrigada por todo carinho, apoio, colaboração e incentivo ao longo desta jornada. Essa conquista pertence a nós.*

*“Não canto minha dor...  
dor de um só homem não é dor que se proclame.  
Canto a dor dos homens sem face [...]  
Eu canto para todos os homens  
contudo, neste tempo,  
eu canto para os homens sem face...  
aqueles que se perdem na multidão das grandes cidades,  
e que amadurecem, a cada dia,  
os punhos para a luta”.*

(Manoel de Andrade)

## RESUMO

O presente estudo expõe, a partir de uma abordagem histórica, a cooperação internacional protagonizada por Cuba ao desenvolvimento de países que compõem a periferia mundial, objetivando desvendar quais seriam as particularidades da política cubana de cooperação para o desenvolvimento. As conexões entre processos políticos e econômicos conformados na conjuntura internacional, e o reflexo destas sobre a prática de cooperação internacional para o desenvolvimento em sua esfera tradicional (Norte-Sul), na esfera alternativa (Sul-Sul) e, ainda, sobre as particularidades do caso Cuba no campo do desenvolvimento internacional são expostos de modo a compreender como se operam as relações de poder e hegemonia no âmbito das relações internacionais sob a égide das políticas voltadas para o desenvolvimento.

Palavras-chave: desenvolvimento; cooperação internacional; Cuba.

## **ABSTRACT**

This study presents, from a historical approach, the international cooperation carried out by Cuba to developing countries that compose the global periphery, aiming to uncover what are the peculiarities of Cuban policy of development cooperation. The connections between political and economic processes shaped the international situation, and the reflection of these on the practice of international cooperation for development in its traditional sphere (north-south), the alternative sphere (South-South) and also on the particularities of the Cuban case in the field of international development are exposed in order to understand how operate the relations of power and hegemony in international relations under the aegis of policies for development.

Key-words: development; international cooperation; Cuba.

En este estudio se presenta desde una perspectiva histórica, la cooperación internacional protagonizada por Cuba a los países en desarrollo que conforman la periferia global, con el objetivo de descubrir cuáles son las peculiaridades de la política cubana de cooperación al desarrollo. Las conexiones entre los procesos políticos y económicos que dio forma a la situación internacional, y el reflejo de estos en la práctica de la cooperación internacional para el desarrollo en su esfera tradicional (norte-sur), la esfera alternativa (Sur-Sur), así como de las particularidades de Cuba en el campo del desarrollo internacional están expuestos con el fin de entender cómo funcionan las relaciones de poder y la hegemonía en las relaciones internacionales en el marco de las políticas para el desarrollo.

Palabras claves: Desarrollo; Cooperación Internacional; Cuba.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO 1: METODOLOGIA .....	13
CAPÍTULO 2: A HISTÓRIA DO ENGAJAMENTO CUBANO COM OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO .....	14
2.1 Antecedentes Históricos .....	14
2.2 A Cuba Revolucionária .....	22
2.3 Cuba e a Guerra Fria .....	26
CAPÍTULO 3: CUBA E AS DIRETRIZES DA COOPERAÇÃO .....	31
3.1 Panorama Histórico da Política Externa Cubana .....	32
3.2 Conceitos de Cooperação e Internacionalismo .....	36
3.3 Cooperação para descolonização e luta dos movimentos sociais .....	39
3.4 Cooperação para o desenvolvimento social (educação, saúde, desporte e cultura) .....	44
3.5 Limites e Constrangimentos .....	48
3.6 A agenda atual de cooperação cubana para o desenvolvimento .....	51
CAPÍTULO 4: DISCUTINDO CONCEITOS E PRÁTICAS .....	57
4.1 A retórica “desenvolvimentista” .....	59
4.2 A ascensão do sul .....	64
4.3 Hegemonia, Poder e Piedade nas práticas de Cooperação Internacional para o desenvolvimento .....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	78
REFERÊNCIAS .....	82

## INTRODUÇÃO

---

Aquilo que nos é desconhecido suscita inquietações e desperta o desafio de transcender rumo à novos conhecimentos. A escolha do tema fundamenta-se sobre o despertar deste sentimento.

Ao longo de minha trajetória acadêmica, afirmo com precisão que, para além das teorias que me foram apresentadas e da evolução de capacidades dialéticas frente à realidade que me circundava, os ensinamentos transmitidos por pessoas que cruzaram o meu caminho na prática foram determinantes para a constituição deste trabalho. Refiro-me às relações interpessoais, encontros e desencontros, contato direto com o desconhecido - diferentes indivíduos com diferentes visões sobre o mundo.

A inquietação sempre esteve latente, principalmente quando confrontada pela realidade que se impunha sobre minha percepção. A possibilidade de “ver com meus próprios olhos” através da experiência de viajar por dois meses percorrendo os países da América Central e Cuba proporcionou momentos de observação e reflexão sobre relações sociais, desigualdade, cultura, política e desenvolvimento.

Ao longo desta jornada, pude desconstruir percepções distorcidas variadas acerca da diversidade sócio-econômica, política e cultural destes países, até então, difundida através dos meios de comunicação – predispostos à incorporação de visões de acordo com interesses que emanam daqueles que exercem domínio e gozam de poder - e conversas informais no âmbito social e acadêmico.

As desconexões entre o discurso e a prática, entre a realidade e a imagem construída sobre “o outro” me impulsionaram na elaboração do presente estudo, a polêmica que circunscreve Cuba por vezes impossibilita que algumas de suas particularidades sejam desmistificadas e, desse modo, esta análise se propôs a expor a partir de uma abordagem histórica a cooperação internacional protagonizada por Cuba em relação aos demais países que compõem a periferia mundial, objetivando desvendar quais seriam as particularidades da política cubana de cooperação internacional com outros países em desenvolvimento no intuito de romper com o mito (senso comum).

Para além, o intuito é lançar luz sobre o alcance das práticas de cooperação internacional para o desenvolvimento em termos de fundamentos e motivações, e

desvendar suas continuidades e constrangimentos frente a um ambiente internacional interdependente e assimétrico.

Frente ao exposto, o objeto de estudo consiste na cooperação internacional para o desenvolvimento protagonizada por Cuba em relação aos demais países que compõem a periferia do sistema global.

Nesse sentido foram delineados para o desenvolvimento do estudo os seguintes objetivos:

- Identificar as práticas de política externa cubana na cooperação com outros países em desenvolvimento;
- Descrever o papel protagonizado por Cuba no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento, apresentando seus conceitos, métodos e modalidades;
- Identificar as diferenças entre a cooperação cubana, a cooperação tradicional Norte-Sul e a emergente Sul-Sul, atentando para suas particularidades;
- Discutir a fundamentação da cooperação internacional para o desenvolvimento cubano.

As conexões entre processos políticos e econômicos que sucederam na conjuntura internacional e o reflexo destas sobre a prática de cooperação internacional para o desenvolvimento em sua esfera tradicional (Norte-Sul), na esfera alternativa da Cooperação Sul-Sul e, ainda, sobre as particularidades da cooperação para o desenvolvimento realizada por Cuba, são expostas de modo a apontar possibilidades analíticas para compreender como se operam relações de poder e hegemonia no âmbito das relações internacionais sob a égide das políticas voltadas para o desenvolvimento.

A contribuição do estudo consiste em sublinhar o papel protagonizado historicamente por Cuba no plano internacional, atentando a identificação do engajamento com outros países em condições de (sub) desenvolvimento a partir das relações de cooperação para o desenvolvimento estabelecidas - bem como a congruência destas com prioridades delineadas de forma endógena, ou seja, a operação prática do discurso voltado para o desenvolvimento.

E ainda, contribuirá para a compreensão inicial sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento cubano, criando fonte documental acerca da temática proposta, bem como proporcionar uma reflexão crítica que sirva ao ensino

de graduação e pós graduação (*latu sensu e strictu sensu*) sobre a relação entre essas nações por parte dos estudiosos, docentes e alunos dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciência Política no país.

## **METODOLOGIA**

---

Trata-se de um estudo bibliográfico qualitativo e do tipo descritivo. Pádua (2000, p. 52) afirma acerca da pesquisa bibliográfica que “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa”. A pesquisa bibliográfica, segundo Barros e Lehfeld (2001, p. 34), “é de grande valia e eficácia ao pesquisador porque ela permite obter conhecimentos já catalogados em bibliotecas, editoras, internet, videotecas e etc”.

A pesquisa bibliográfica ou de fonte secundária, trata de um levantamento de toda bibliografia já publicada, em forma de livro, revista, publicações avulsas, imprensa escrita.

As pesquisas descritivas, como salienta Gil (1999, p.44) tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Que como afirmam Cervo e Bertian (1983 *apud* PÁDUA, 2000, p. 56) documento “é toda base de conhecimento fixado materialmente e suscetível de ser utilizado”.

A análise documental, como salienta Caulley (*apud* LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38) “busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse”. Triviños (1987, p.111) destaca que “análise documental é outro tipo de estudo descritivo”.

Para Gil (2002, p. 44) a pesquisa bibliográfica

é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de Trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica, afirma Gil (*ibid.*) consiste no fato do investigador cobrir uma gama de fenômenos mais amplo do que se poderia pesquisar diretamente.

A pesquisa bibliográfica tem por finalidade “colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sob determinado assunto” (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 229).

Para Lakatos e Marconi (*ibid.*, p. 65), a pesquisa bibliográfica é toda a pesquisa realizada em documentos ou fontes secundárias e abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema do estudo.

Leopardi (2001, p. 128) refere que

a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras, além de ser um tipo particular de pesquisa, ela também é um suporte imprescindível para qualquer outro tipo de pesquisa.

A identificação das referências bibliográficas para obtenção dos dados para o estudo foi realizada a partir do acervo de bibliotecas de instituições públicas de ensino superior do Rio de Janeiro considerando a temática proposta neste estudo, bem como periódicos científicos, dissertações e teses, livros e sites governamentais e não governamentais disponibilizados em meios eletrônicos e material impresso.

Após a consulta aos documentos necessários à realização do trabalho, procedeu-se a análise de conteúdo temática. Bandin (1977, p. 21 apud Triviños, 1987, p. 160) diz que a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Para Gomes (1994, p.74) uma das funções da análise de conteúdo “diz respeito à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos”.

## CAPÍTULO 2: A HISTÓRIA DO ENGAJAMENTO CUBANO COM OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

---

### 2.1 Antecedentes Históricos

Para lançar luz sobre as bases que edificam a solidariedade cubana, é necessário recorrer, primeiramente, ao seu conteúdo histórico, ou seja, abordar a conjuntura histórica do país a partir de um período anterior à Revolução Cubana para que seja possível depreender os precedentes da ascensão política ideológica interna e, conseqüentemente, sua projeção posterior para além das fronteiras.

Abordar os pressupostos que mobilizam a cooperação promovida por Cuba após o triunfo da Revolução de 1959, no contexto em análise, direcionada aos países do chamado Terceiro Mundo, principalmente a África, torna-se primordial e, nesse aspecto, é necessário recorrer às matrizes ideológicas que erigiram a política externa do país desde a Revolução Cubana de 1959 no que tange tanto ao seu desenvolvimento endógeno quanto às influências provenientes da conjuntura internacional do período em questão.

A história de Cuba erige-se sobre um passado de dominação, luta e resistência. Com o advento da Revolução Cubana alteram-se drasticamente as diretrizes políticas, econômicas e sociais do país sob a ascensão do sistema socialista.

Embora a Revolução Cubana de 1959 seja a mais proeminente na história política do país, o comandante em chefe da Revolução, Fidel Castro, quando questionado pelo autor Ignacio Ramonet sobre se seria possível afirmar que a Revolução teria sido iniciada em 26 de julho de 1953, data do ataque ao quartel Moncada, primeira tentativa de derrubar o regime do ditador Fulgêncio Batista e marco da consolidação do *Movimento 26 de Julho* que tomaria o poder seis anos depois, respondeu à Ramonet (2006, p. 11) que “não seria absolutamente justo, porque a Revolução Cubana começou com a primeira guerra de independência em 1868”.

Nessa passagem, Fidel Castro refere-se à guerra de independência da dominação colonial espanhola, cuja demonstração de resistência ecoou sobre as insurgências posteriores pela liberdade da nação e marcou a história de Cuba,

deixando um legado de luta que seria retomado e resignificado em diversos momentos da conjuntura política do país.

Mao Jr (2009, p. 31) destaca que “nenhum povo do continente americano lutou por sua independência em condições tão difíceis quanto o povo cubano. Foram duas guerras de independência: a Guerra dos Dez Anos (1868-1878), e a Segunda Guerra de Independência (1895-98)”.

Embora o jugo colonial espanhol tenha sido oficialmente abolido no dia 1º de Janeiro de 1899, uma nova dominação se impunha sobre o povo cubano, esta havia sido prevista por José Martí (1853-1895) – ativista revolucionário e teórico político que dedicou grande parte de sua vida à luta pela independência de Cuba e “para todos os latino-americanos e, sobretudo para os cubanos, Martí permanece no panteão que alberga aos líderes da luta independentista na América Latina” (GOTT, 2007, p.130).

O herói cubano, segundo Santos (2011, p. 93-94)

estava consciente do risco que o expansionismo estadunidense representava [...] e associava a causa cubana ao dilema da soberania continental, empreendendo um movimento ideológico que o conduz a questionar o próprio padrão civilizatório ocidental. Em oposição à política expansionista, [...] Martí projeta um horizonte histórico e humanista original para a região que denominou *Nuestra America*. A chave desta outra modernidade é a autoctonia, o que significa criar formas políticas, econômicas e culturais próprias, sintonizadas com o *espíritu* – maneira martiana de referir-se à identidade – destes povos. A premissa subjacente é a especificidade histórica da região que emerge como uma cultura particular dotada de universalidade.

Nas palavras de Fidel Castro,

Martí adivinhou o imperialismo, porque o primeiro que falou de imperialismo foi Martí, da nascente do imperialismo. Ele sim sabia do expansionismo (...) e era muito oposto e muito crítico a tudo isso. Foi um precursor. Antes de Lenin, Martí organizava um partido para fazer a revolução, o Partido Revolucionário Cubano. Não era um partido socialista, posto que esta era uma sociedade escravagista onde um punhado de homens livres e patriotas estava lutando pela independência. Contudo, tinha um pensamento muito avançado, antiescravagista, independentista e profundamente humanista. (RAMONET, 2006, p.19)

No último ano do conflito 1898, quando as tropas cubanas já controlavam a maior parte do território, os Estados Unidos da América intervieram sob o pressuposto de solidariedade internacional e se instalaram na ilha, inaugurando a nova fase da política externa do país para o continente latino-americano, instituindo o primeiro governo cubano – sob intervenção militar – que perdurou até 1902.

De acordo com Mao Jr (2009, p. 31), durante o Governo Militar foram estabelecidos mecanismos institucionais e econômicos criados para manter Cuba sob o domínio neocolonial americano. O mais representativo destes, anexado à Constituição Cubana foi imposto através da Emenda Platt, que conferia plenos direitos de ingerência militar ao governo norte-americano em Cuba e, ainda, a salvaguarda de uma base naval em Guantánamo.

As pretensões de interesse dos Estados Unidos da América sobre Cuba iam além do posicionamento geográfico privilegiado da ilha. Tratava-se de um elaborado projeto político e econômico. O Governo Militar prontamente inaugurou a República Cubana erigida sobre bases corruptas e fraudes eleitorais no intuito de eleger representantes de sua confiança.

Segundo Gott (2007, p.171) a vigência da República Cubana (1902-1952) foi

caracterizada pela violência incessante, uma corrupção exorbitante, rebeliões militares, *gangsterismo* e intervenções militares esporádicas pelos Estados Unidos, também supôs um espetacular crescimento econômico e a prosperidade para uma pequena parcela da sociedade. Ao cabo de quase sessenta anos foi finalmente varrida pela Revolução de Fidel Castro em 1959.

Wright (1910 *apud* GOTT, 2007, 173) assinalava compreensivamente em 1910 que uma população “repentinamente libertada do jugo colonial não havia se descoberto como povo cubano, ou constituído uma nação com identidade própria”. Seu comentário assinala um problema intrínseco: o povo cubano, com uma herança colonial sombria, massacrado pela guerra e dividido por barreiras de raça e classe, estava mal preparado para entrar na cena da história. Tampouco estava preparado para o que estava por vir, já que o vazio criado pela ausência de uma nação cubana adequadamente constituída foi alegremente preenchido por colonos e empresários estadunidenses e por seus aliados na ilha (*ibid.*).

O âmbito econômico consiste no mecanismo mais eficaz de subordinação regido sobre a ilha desde o século XIX. A relação intrínseca estabelecida entre a burguesia açucareira cubana e as empresas norte-americanas tornou-se mais palpável quando – ainda durante o Governo Militar instituído – foram expropriadas a maior parte das terras campesinas, no intuito de deixá-las sobre o controle privado tanto das empresas americanas quanto dos grandes latifundiários cubanos.

Foram também concedidas vantagens para o açúcar produzido em Cuba no mercado americano através de tarifas alfandegárias e mecanismos comerciais, uma

situação mutuamente benéfica entrou em vigência, mas, no entanto, as medidas concediam privilégios especiais às empresas norte-americanas instaladas na região em relação à burguesia açucareira cubana, que adquiria uma posição de sócio minoritário.

O arcabouço estabelecido ao longo dos anos atrelava estreitamente a possibilidade de ascensão e obtenção de lucros pelo setor mais poderoso da burguesia cubana à manutenção dos mecanismos de sujeição política e econômica em relação aos interesses norte-americanos. Para que o açúcar cubano fosse garantido no mercado norte-americano, o governo cubano adotou uma série de concessões que impediam o desenvolvimento de outros setores da economia e destinou-se a ser um país monoprodutor de açúcar, dependente de um único mercado: os Estados Unidos da América.

A deturpação da economia do país produzia o efeito de estagnação em relação às camadas médias urbanas, ou seja, reduzia suas possibilidades de ascensão e mantinha seu status quo. Em relação ao proletariado (fundamentalmente rural), o caráter sazonal da economia mobilizada pelo cultivo da cana-de-açúcar limitava o acesso a empregos estáveis. Outro setor marginalizado da sociedade, o campesinato, “era constantemente vítima de expulsões de suas terras, para dar espaço ao constante avanço de latifúndios para novas áreas de cultivo” (MAO JR. 2009, p. 31)

Lopez, Garcia e Leon (2006, p. 10) destacam que

durante os anos de existência da República burguesa neocolonial, a participação na política, particularmente o exercício de cargos na administração estatal, constituiu uma fonte fácil de enriquecimento. Uma parte da classe dominante estava formada por uma burguesia totalmente corrupta assim como a fonte de sua riqueza e poder foram mediadas por suas relações com o Estado também corrupto. Daí a existência no país de numerosos negócios e empresas “privadas” que haviam sido fundadas com os recursos do Estado cubano, contribuição do suor do trabalho explorado de seu povo. O informe do Banco Mundial sobre Cuba, de 1950, conhecido como Informe Truslow, assinalava que a política era a segunda indústria do país (...).

Um trecho do famoso manifesto da Revolução Cubana de 1959, redigido por seu líder Fidel Castro conhecido como “A história me absolverá”, retrata alguns dos efeitos produzidos pela exploração neocolonial ao longo dos anos, que perpetuava o subdesenvolvimento econômico, político e social da nação.

Ruz (2007, p. 34) relata que

Nós chamamos povo se de luta se trata, aos 600 mil cubanos que estão sem trabalho desejando ganhar o pão honradamente sem ter que emigrar de sua pátria em busca de sustento; aos 500 mil trabalhadores do campo que habitam barracos miseráveis, que trabalham 4 meses ao ano e passam fome no resto compartilhando com seus filhos a miséria, que não tem uma polegada de terra para cultivar e cuja existência deveria mover mais a compaixão se não houvessem tanto corações de pedra; os 400 mil trabalhadores industriais cuja aposentadoria, todos os recursos foram desviados, cujas conquistas estão arrebatando, cujas casas são miseráveis, cujos salários passam das mãos do patrão para o agiota, cujo futuro é a redução e demissão, cuja vida é um trabalho sem fim, e cujo descanso é a tumba; aos 100 mil pequenos agricultores, que vivem e morrem trabalhando uma terra que não é sua, contemplando à ela tristemente como Moisés à terra prometida, para morrer sem chegar a possuí-la, que tem que pagar por suas parcelas como servos feudais uma parte de seus produtos, que não podem amá-la, melhorá-la ou embelezá-la, plantar um cedro ou uma laranja porque ignoram o dia em que virá um delegado com a guarda rural e lhes dirá que tem que ir.

Diante desse quadro e da evidente convergência da alta burguesia cubana com os interesses americanos, coube aos setores marginalizados da sociedade cubana promover a insurgência contra a ordem estabelecida, seguindo seu exemplo histórico. A emergência de outras forças sociais se organiza sob o regime ditatorial de Gerardo Machado (1925-1933), conhecido como Mussolini Tropical (GOTT, 2007 p. 198-199).

Gott (*ibid.*) destaca que

os trabalhadores cubanos, pela primeira vez desde as rebeliões de escravos do século XIX, não apenas se mostravam conflitantes como também começavam a criar suas próprias organizações. As primeiras experiências do movimento trabalhista como na Espanha e grande parte da América latina, se inspiravam no anarquismo. Os anarquistas criaram em 1925 uma pequena organização, a Confederação Nacional Trabalhista Cubana (CNOC), onde se uniram grupos anarquistas, socialistas e comunistas, todos eles dedicados ao trabalho em favor da classe trabalhadora. A corrente anarquista começou a desaparecer ao longo da década de 20, devido em parte ao atrativo da Revolução Russa, que indicava que uma pitada de disciplina poderia ser útil em um movimento político, e em parte pelo fato de Machado ter fuzilado ou deportado os principais líderes anarquistas, quando ele não havia os jogado aos tubarões.

Mao Jr (2009, p. ) afirma que

cedo o proletariado cubano soube vincular a luta pela *emancipação social* à luta pela *emancipação nacional*. O Partido Comunista de Cuba soube incorporar estas duas dimensões da luta desde a sua fundação em 1925. Rapidamente colheu os seus frutos: antes da Revolução, tornou-se o terceiro maior Partido Comunista do continente.

A repressão do regime de Machado logo afetou a setores da sociedade pouco acostumados a tal trato, em particular os estudantes universitários de classe média, que seriam protagonistas decisivos na luta oposicionista ao governo e

integrariam movimentos de resistência violenta que “tinham em comum o desejo de pôr fim a Era Machadista [...] buscando uma ação eficaz mais que a pureza ideológica” (GOTT, 2007, p. 200).

A situação adquirira proporções críticas, a repressão do regime e as ações dos movimentos de resistência beirava o caos, não havia necessariamente uma convergência ideológica entre os grupos insurgentes além do pressuposto fundamental: derrubar o regime de Machado. A alta burguesia cubana, no entanto, estava confiante que seus interesses seriam assegurados novamente sob intervencionismo norte-americano recorrente desde a institucionalização da Emenda Platt. Contudo, os efeitos da Crise de 29 repercutiram tanto sobre a política econômica dos Estados Unidos quanto sobre as diretrizes de sua política externa e, conseqüentemente, sobre a conjuntura cubana. Nesse contexto, em janeiro de 1933 foi eleito o presidente Franklin Roosevelt e implementado a política do “New Deal” para os norte-americanos e a “política de boa vizinhança” para os países latino-americanos, deixando evidente que não haveria intervencionismo militar sobre a questão cubana.

Desprovido de apoio dos Estados Unidos da América, desestabilizado pelo colapso econômico e incapaz de sufocar os protestos dos grevistas nas ruas, Machado estava condenado. Sua queda provocou a primeira revolução cubana do século XX (GOTT, 2007, p. 203-204).

Em seu depoimento, Fidel Castro discorre sobre a época do Machadato

[...] havia muita fome. Machado é derrotado fundamentalmente pela fome; porque, sobretudo, além da crise econômica que ocorre em 1929, os Estados Unidos, que nos impuseram um acordo de comércio desde os primeiros anos da república dependente, mediante o qual nos proibia produzir muitas coisas e nos obrigava a importá-las, mas comprava nosso açúcar naquela época, por causa da crise de 1929, foram postas tarifas alfandegárias sobre o açúcar. Assim, o açúcar não foi exportado e estava a preços muito baixos. A economia se deprimiu mais e havia fome em Cuba. Foi uma época de crise econômica e também de repressão política (RAMONET, 2006, p. 33).

A situação do país era crítica e já não era possível “controlar ou canalizar aquela explosão anárquica de cólera popular [...] o país inteiro experimentou uma maré crescente de fervor revolucionário que superava a capacidade de qualquer grupo político de encabeçá-lo ou controlá-lo” (GOTT, 2007, p. 205).

Os acontecimentos posteriores culminariam em um golpe contrarrevolucionário sob o comando de Fulgêncio Batista em janeiro de 1934 com

apoio norte-americano que, para apaziguar as reivindicações nacionalistas cubanas, suprime a Enmienda Platt, mas garante a ressalva da manutenção da base militar de Guantánamo. Fulgêncio Batista dominou o país durante vinte e cinco anos, e sua trajetória política contém momentos distintos, como “líder revolucionário, presidente eleito, ditador militar e milionário defensor da Máfia [...] deixou uma marca inegável na história do país, apagada apenas pela Revolução de 1959” (GOTT, 2007, p. 213).

Recorrente no desenvolvimento político cubano, em 1952 a nação se encontrava novamente em ditadura, sob o jugo de Fulgêncio Batista.

a ilha ficou submetida a um crescente controle militar. O processo iniciado com Machado se consolidou com Batista. O exército se converteu na força política mais significativa, que se infiltrou rapidamente na cultura e permaneceu profundamente arraigado na sociedade cubana (GOTT, 2007, p. 214).

No ano seguinte, um grupo de jovens promove uma tentativa frustrada de derrubar o regime de Batista ao adentrar o Quartel Moncada na cidade de Santiago de Cuba. A operação, embora fracassada, foi um marco para a consolidação do Movimento 26 de Julho, que tomaria o poder seis anos depois com o triunfo da Revolução Cubana de 1959. Alguns dos revolucionários caíram em combate, outros presos, julgados e sentenciados – dentre eles os irmãos Castro –, mas a grande maioria foi torturada e assassinada após o conflito.

Em seu julgamento, Fidel Castro pronunciou o discurso conhecido como “A história me absolverá”, manifesto do movimento revolucionário, onde relata os fatos ocorridos na incursão.

As crônicas de nossa historia, que arrancam quatro séculos e meio atrás, nos contam muitos fatos de crueldade, desde as matanças de índios indefesos, as atrocidades dos piratas que assolavam as costas, as barbaridades dos guerrilheiros na luta de independência, os fuzilamentos de prisioneiros cubanos pelo exército de Weyler, os horrores do Machadato, até os crimes de março de 35, mas com nenhum se escreveu uma página tão sangrenta tão triste e sombria, pelo número de vítimas e pela crueldade de seus vitimizadores como em Santiago de Cuba (RUZ, 2007, p. 53).

Em exílio, no México, Fidel e seus *compañeros* se reúnem para reagrupar e reorganizar o movimento e, nesse contexto o médico argentino Ernesto “El Che” Guevara adere à revolução, cujo objetivo era desembarcar em Cuba e reiniciar a luta contra a ditadura de Fulgêncio Batista (MAO JR, 2009).

A bordo do iate Granma – que mede apenas 12,5 metros de comprimento – 82 revolucionários saem do México no dia 25 de novembro de 1956 e desembarcam em Cuba no dia 2 de dezembro. “O desembarque do Granma estava destinado a

travar uma insurreição popular em todo o país que conduziria à derrota do ditador” (GOTT, 2007, p. 231). Contudo, a estratégia inicial não havia considerado as condições temporais adversas e o desembarque que estava previsto para fins de novembro chegou ao início do mês seguinte e não coincidiu com o levante do movimento urbano em Cuba, que sofria forte contra-ataque das forças governamentais e, sem notícias sobre o paradeiro do *Granma*, foi obrigado a se retirar (*ibid.*, p. 232).

A chegada de Fidel e seus *compañeros* à costa cubana transforma-se em um combate desfavorável, o grupo foi reduzido a 15 homens dispersos, alguns desarmados, outros feridos. Não obstante, o desembarque ocorreu próximo à região da Sierra Maestra, onde existiam camponeses mobilizados e resistentes aos interesses dos latifundiários, que acolheram os sobreviventes revolucionários. A resistência deste pequeno grupo de sobreviventes, combinado à adesão de camponeses da região e incorporação de suas demandas rapidamente desenvolve uma guerrilha na Sierra Maestra, ascendendo, dessa forma, o Exército Rebelde (GOTT, 2007; MAO JR, 2009).

Sucessivas vitórias da guerrilha tornaram a Sierra um território livre, e sua notável resistência havia adquirido proporções para além de suas fileiras. No início de 1958, a guerrilha contava com um efetivo de aproximadamente 300 homens e o ditador Fulgêncio Batista organizou uma ofensiva no intuito de aniquilar o movimento revolucionário, composta por aproximadamente 10 mil homens, apoiados por artilharia, blindados e aeronaves.

Foram 76 dias de ofensiva, onde se combateu com ferocidade e, “surpreendentemente, para completa desmoralização do regime de Batista, o Exército rebelde saiu-se vitorioso” (MAO JR, 2009).

Lopez, Garcia e Leon (2006) destacam que

Desta vez não se frustrará a Revolução. Desta vez, para sorte de Cuba, a Revolução chegará de verdade até o final; não será como em 1895, quando vieram os americanos e fizeram-se donos do país; intervieram na última hora ... Nem Ladrões, nem traidores, nem intervencionistas, desta vez sim, é uma Revolução.

## **2.2 A Cuba Revolucionária**

O triunfo da Revolução trouxe consigo profundas implicações para a realidade nacional cubana e para o mundo. A partir daquele momento, drásticas mudanças conjunturais tomariam forma, em diversas esferas, uma vez que o que

havia acontecido não havia respaldo ou precedente. Um embate de proporções míticas que remetem a David versus Golias havia tomado forma.

Segundo Emir Sader (1992), a Revolução Cubana não foi apenas um “produto histórico da mobilização popular, e sim o desenvolvimento de um programa de transformações democráticas, nacionais e socialistas que modificou substancialmente a sociedade cubana nas décadas transcorridas desde a fuga de Batista para o exterior e a instalação do poder revolucionário em Havana”.

Em torno do fenômeno, foram construídos mitos e simbologias respaldadas por retórica política e ideológica e, nesse aspecto, cabe ressaltar a concepção de Revolução para um de seus principais protagonistas:

Revolução é sentido do momento histórico; é mudar tudo que deve ser mudado; é igualdade e liberdade plenas; é ser tratado e tratar aos demais como seres humanos; é emancipar-nos por nós mesmos e com nossos próprios esforços; é desafiar poderosas forças dominantes dentro e fora do âmbito social e nacional; é defender valores nos quais cremos ao preço de qualquer sacrifício; é modéstia, desinteresse, altruísmo, solidariedade e heroísmo; é lutar com audácia, inteligência e realismo; é não mentir jamais nem violar princípios éticos; é convicção profunda de que não existe força no mundo capaz de esmagar a força da verdade e das ideias. Revolução é unidade, independência, é lutar por nossos sonhos de justiça para Cuba e para o mundo, que é a base do nosso patriotismo, nosso Socialismo e nosso Internacionalismo (RUZ, 2000).

E, ainda, “Revolução, nesse sentido, é o conjunto de processos de mobilização, organização e luta do povo, em condições históricas concretas, contra o poder instituído, pela construção de um novo poder político que dirija as transformações radicais das estruturas dominantes na sociedade” (SADER, 1992).

No caso de Cuba, cabe uma ressignificação dos termos, uma vez que seus efeitos transpuseram fronteiras nacionais e incidiram sobre a história política e social não apenas de países latino-americanos, mas sobre todos os povos em busca de independência e melhores condições de vida, constituindo um exemplo palpável de esperança e resistência que ecoaram sobre o mundo e, mesmo transcorridos mais de cinquenta anos, os reflexos da Revolução Cubana se mantêm perduráveis até os dias de hoje – seja através da cooperação solidária promovida pelo país, suas conquistas no desenvolvimento humano, ou sobrevivência do regime socialista mesmo sob bloqueio econômico que dura mais de quarenta anos. Estes são indiscutivelmente legados da Revolução.

Cuba é um país de renda média e ocupa a posição 50 de 170 no Índice de Desenvolvimento Humano, ficando dentro do grupo de países com um alto nível de desenvolvimento. Três dos oito Objetivos Do Milênio (2, 3 e 4) já

foram alcançados e deve se reunir mais três em 2015 (1, 5 e 6), os dois últimos objetivos são classificados como potencialmente provável. Cuba assinou e ratificou cinco dos sete principais instrumentos internacionais sobre os direitos relacionados com a discriminação racial e as mulheres, direitos das crianças, e os princípios e direitos fundamentais no trabalho (PNUD, 2010)

A situação social que prevalecia em Cuba no ano de 1959, quando a Revolução teve êxito era sumamente crítica. O país detinha características neocoloniais com profundas deformações estruturais herdadas do modo de produção capitalista, marcado por quatro séculos de exploração colonial espanhola e mais tarde por uma dependência quase absoluta dos interesses econômicos no império norte-americano (GONZÁLEZ, 1998, p. 3).

A conjuntura anterior à Revolução proporcionou desdobramentos alarmantes principalmente em setores como saúde, educação, moradia e desigualdade social. A taxa de analfabetismo no país era de 23%, concentrando 41% nas zonas rurais. Estima-se aproximadamente seiscentas mil crianças sem acesso a escola enquanto, paradoxalmente, o desemprego atingia dez mil professores. A insuficiência dos serviços de saúde evidencia-se através da concentração de médicos na capital do país e inexistência da medicina em zonas rurais enquanto a população era acometida por doenças evitáveis - havia um médico para cada 1.076 habitantes. (GONZÁLEZ, 1998; BRUNDENIUS, 2009)

Segundo a pesquisa feita em 1957 pela Agrupação Católica Universitária, nas zonas rurais 14% dos trabalhadores padeciam ou haviam padecido de tuberculose, 13% havia padecido de febre tifoide, 36% acometidos por parasitismo intestinal e 31% padecia de malária. A mortalidade infantil era superior a 60 por mil nascidos vivos. A esperança de vida ao nascer era ao redor de 65 anos. (GONZÁLEZ, 1998, p.6)

Segundo González (1998, p.6), o déficit habitacional do país calculado em 1958 alcançava em torno de setecentas mil moradias, somente 33% das moradias eram compostas de alvenaria, enquanto nas zonas rurais 78,2% correspondiam a barracos, e nas zonas urbanas proliferaram os chamados cortiços, desprovidos de condições dignas de higiene ou saneamento básico.

No que tange à desigualdade social existente no país antes da Revolução, Brundenius (2009, p.40-41) atenta para o Coeficiente de Gini que, em 1962, havia diminuído para 0,32 enquanto em 1953 era de 0,55. Segundo o autor, até o fim da década de 1980 tal tendência obteve continuidade, atingindo o coeficiente de Gini de 0,25 em 1978 e 0,22 em 1986. No ano de 1953, a distribuição de renda caracterizava o quadro da desigualdade existente no país, uma vez que 40 por cento

da população mais pobre recebeu apenas 6,5 por cento do total da renda, em 1962 tal participação aumentou para 17,2 por cento, em 1978 para 24,8 por cento e em 1986 recebia 26,5 por cento da receita. Este quadro indica que a alta taxa de desigualdade predominante contemplava os 5 por cento mais ricos com 26,5 por cento da renda do país, enquanto à população de baixa renda cabia apenas 4 por cento da mesma.

A necessidade urgente de profundas transformações no país se impunha sobre a nova organização política revolucionária. O modelo de desenvolvimento a ser implementado a partir de 1959 refletia o programa de seis pontos consolidado na alegação de defesa de Castro já no ano de 1953 conhecida como “A História me absolverá”, para resolução dos problemas centrais que assolavam o país: a questão da terra; da industrialização; da moradia; do desemprego; da educação e da saúde do povo (*ibid.*, p. 7).

Contudo, empreender um processo de mudanças estruturais que solucionasse os três grandes problemas econômicos – a concentração de terra, a industrialização e o desemprego estrutural, implicava enfrentar e superar dois grandes obstáculos: a deformada estrutura econômica herdada e as relações de dependência em relação aos Estados Unidos. É necessário destacar que as primeiras medidas adotadas pelo Governo Revolucionário continham um caráter nacional-libertador e dentre elas, fundamentalmente, a Reforma Agrária. Esta iniciativa incitaria uma séria de represálias que culminaria no Bloqueio Econômico que perdura por mais de quarenta anos (*ibid.*, p. 8).

No entanto, a política de retaliação contra Cuba começa a delinear-se claramente a partir de 1960, no fim da administração Eisenhower, aprofundando-se ao longo das administrações de Kennedy e Johnson. Em função desse contexto, as respostas do governo cubano serão na linha do ataque aos interesses econômicos estrangeiros e nacionais que exercem o boicote à revolução, amadurecendo, no decorrer do processo, uma visão mais radical sobre as alternativas adequadas em direção a um desenvolvimento independente, nas circunstâncias que a história coloca (AYERBE, 1997/1998, p. 201).

É imprescindível ressaltar que ao triunfo da Revolução Cubana, havia um sentimento de reformismo social e político endógeno que convergiam aos impulsos de nacional-desenvolvimentismo que se alastrava por toda América Latina e também permeavam as iniciativas pleiteadas pelos países asiáticos e africanos em busca de se libertarem das mazelas do colonialismo.

Desde o triunfo da Revolução, as atenções aos problemas sociais obtiveram “uma alta prioridade nas transformações ocorridas em Cuba e, inclusive desde cedo, em termos conceituais, o desenvolvimento se concebeu como a inter-relação dialética entre o econômico e social, e no entendimento de que o simples crescimento econômico, sem equidade e justiça social, não conduziria à etapas superiores de desenvolvimento” (FERNANDÉZ; DUYOS, 1996, p. 98).

O entendimento sobre as demandas e necessidades do povo e o próprio processo revolucionário pautado na justiça social fez com que o Governo Revolucionário adotasse medidas de desenvolvimento antagônicas aos interesses estadunidenses em nível econômico, político e social. As respostas foram duras, mas não abalaram o espírito revolucionário, pelo contrário, legitimaram e reafirmaram novamente a importância da luta travada pelo povo cubano.

Em abril de 1961 a invasão na Baía dos Porcos (Wyden, 1979) enfrentou a revolução de apenas dois anos de idade, com grande desafio. O fiasco organizado pela CIA, descrito na época "como a mais rara de todas as coisas, uma falha perfeita" (SMITH, 1987, p. 70), teve as consequências não intencionais de consolidar a revolução internamente e de garantir a sua aliança com a URSS, garantindo assim sua sobrevivência em longo prazo. Na véspera da invasão, Fidel Castro proclamou a base marxista-leninista da revolução que ele liderou” (RUMBAUT; RUMBAUT, 2009, p. 87).

Sucessivas medidas represálias adotadas pelos estadunidenses em relação à ilha corroboraram para a aproximação subsequente e inevitável com o bloco soviético. Em um primeiro momento, a venda de combustíveis foi restringida ao país, demandando fornecimento soviético. Logo depois, o governo norte-americano reduz a cota de importação do açúcar cubano em 95% - medida de proporções catastróficas para a economia do país.

Como parte das reformas de base iniciada pelo governo revolucionário houve um processo de nacionalização de empresas estrangeiras e suas propriedades rurais, e ainda das empresas privadas nacionais, atendendo à necessidade da Reforma Agrária. Evidentemente, o rompimento das relações diplomáticas entre os EUA e CUBA se concretiza em janeiro de 1961 e, é importante destacar que no mesmo mês Cuba estabelece acordos econômicos com a União Soviética, concernentes à compra da cota açucareira a preço fixo – independente das flutuações do mercado internacional – e de importação do petróleo soviético (AYERBE, 1997/1998, p. 201-205).

Todavia, é fundamental transcender o senso comum para compreendermos a realidade histórica dos fatos, bem como lançar luz sobre os desdobramentos posteriores da política externa cubana. O discurso político-ideológico de alinhamento automático ao bloco comunista não se sustenta, pelo contrário, indícios apontam que “a dinâmica do cada vez mais problemático relacionamento político e econômico entre Cuba-EUA foi a *causa*, e não a consequência da aproximação cubana com a URSS, como bem demonstra Paterson (1995, p. 159)

Em meados de 1960, quando o governo revolucionário nacionalizou propriedades estrangeiras, os Estados Unidos suspenderam as importações de açúcar cubano e proibiu as exportações dos EUA para a ilha, em um esforço para derrubar o governo de Fidel Castro. Estas medidas fortes só empurraram Cuba em direção a uma tábua de salvação econômica nova - a União Soviética. Como embaixador Philip Bonsal explicou, ‘a Rússia veio em socorro de Castro depois apenas que os Estados Unidos tinham tomado medidas para derrubá-lo’ (FARIAS, 2008, p. 110).

Ao triunfo da Revolução Cubana, Fidel Castro proferiu um pronunciamento no qual afirma a identidade da revolução de seu povo, rejeitando explicitamente acusações de que a revolução teria um cunho comunista ou ainda que ele estivesse engajado com qualquer ideologia, afirmando que:

Nossa Revolução não é comunista, (...) nossos ideais se distanciam da doutrina comunista, a Revolução cubana não é capitalista nem comunista, é uma revolução própria, tem uma ideologia própria, tem razões cubanas, é inteiramente cubana e inteiramente americana (BANDEIRA, 1998 apud FARIAS, 2008, p. 109).

Sob tal perspectiva, é possível depreender que, em um primeiro momento, a nação buscava um distanciamento da bipolaridade ideológica característica do período da Guerra Fria, optando por um viés essencialmente cubano (FARIAS, *ibid.*). Contudo, as várias formas de pressão econômica, política e militar exercidas sobre a ilha alteram significativamente o rumo da política desenvolvida pelo governo revolucionário uma vez que as opções que restavam ao país – a partir da decisão de se manter fiel aos objetivos que levaram ao desencadeamento do processo revolucionário – eram escassas. No âmbito interamericano, as também portas se fecham devido à pressão norte-americana (Cuba foi oficialmente expulsa da OEA na Conferência de Punta Del Este – 1962) (FARIAS, 2008; AYERBE, 1997/1998; NETO, 2005).

Portanto, havia uma necessidade pungente de redefinição de parceiros comerciais e, nesse momento, os países socialistas eram os únicos capazes de oferecer tal alternativa frente a uma conjuntura internacional composta pelas duas

potências protagonistas da lógica bipolar e por uma Europa fragilizada que persistia em manter laços colonialistas sobre a África e Ásia que logo irromperiam nos movimentos de descolonização.

### 2.3 Cuba e a Guerra Fria

É relevante para o presente estudo abordar, ainda que de forma breve, alguns fatos ocorridos no âmbito internacional que antecederam o ano de 1959 uma vez que estes compõem em nível sistêmico o arcabouço conjuntural que contribuiu de forma direta ou indireta com o triunfo da Revolução. O desdobramento subsequente da política externa cubana revolucionária no que tange principalmente à cooperação para o desenvolvimento com países do Terceiro Mundo está intrinsecamente conectado à superação de insuficiências e coerência com os pressupostos solidários fundamentados sobre a ideologia da nação.

A Guerra Fria e o processo de descolonização dos países africanos são de extrema importância para compreensão da história do engajamento cubano com países em desenvolvimento. Nesse aspecto, a mudança de paradigma no cenário internacional pode ser destacada no recorte contextual sob a perspectiva de três Conferências: **A Conferência de Yalta (1945)**, **A Conferência de Bandung (1955)** e a **Conferência de Belgrado (1961)**.

Ao retornarmos no período da conjuntura histórica precedente, que remete ao início da Guerra Fria, é possível depreender sob o signo da Conferência de Yalta (1945) a ascensão do chamado Terceiro Mundo e consolidação de um acordo diplomático que configurou um sistema internacional bipolar pautado pelo confronto entre o bloco capitalista e o bloco comunista - dois sistemas sociais antagônicos – e, conseqüentemente, divisão do mundo em áreas de influências respectivas.

Nesta Conferência, foi desenvolvido um conjunto de regras e mecanismos de controle institucionais que condicionavam a atuação da região latino-americana ao bloco norte-americano sob a égide do novo sistema internacional respaldado pela Doutrina Monroe. Todavia, a prescrição do Sistema de Yalta para o mundo periférico submetido ao colonialismo europeu diferia substancialmente da condicionalidade imposta à América Latina, conferindo propulsão ao processo de descolonização das nações afro-asiáticas.

Havia fortes tendências nacionalistas na região latino-americana, geralmente associada a projetos autônomos de desenvolvimento, que foram obstaculizados de forma recorrente através de meios coercitivos pela política norte-americana. Manifestações de nacional desenvolvimentismo eram combatidas sob justificativa de subversão social e expressão de “comunismo”.

Segundo Vizentini (1997, p. 9) “com o fim do suposto “perigo nazista-alemão”, introduziu-se na mídia e na vida política um discurso maniqueísta que ressaltava a configuração de uma ainda maior “ameaça comunista-soviética”, como forma de forjar uma nova legitimidade para o alinhamento do continente em torno do “protetor norte-americano”.

O construto de um inimigo a ser combatido ou um perigo iminente compõe um forte elemento de dominação político-ideológica que reflete a intencionalidade do ator. Segundo o estudo de Carvalho (2004) inicialmente, a representação da revolução cubana constituía marco fundamental para a América Latina, não somente pela sua posterior opção socialista, mas também pela sua dimensão anti-imperialista e nacionalista, tornando-a um exemplo nacionalista a ser seguido. “Diversas constelações mitológicas podem ser identificadas há época da Revolução Cubana, suas reversibilidades podem ser separadas segundo a lógica dos interesses vinculados aos meios de comunicação que as difundiram. [...] A situação de Cuba, antes de sua opção comunista aparecia como um exemplo de coragem e nacionalismo frente à posição norte-americana de garantir seus direitos na ilha. Tal defesa serviu como fator de convergência entre os jornais, não importando sua vertente ideológica naquele primeiro momento” (CARVALHO, 2004, p. 70).

A retórica contida no Sistema de Yalta consistia em uma América Latina sob “proteção” estadunidense – quando na realidade a intencionalidade erigia-se sobre o impedimento de sublevação de movimentos nacionalistas, desenvolvimentistas ou progressistas através de sucessivos boicotes e intervenções diretas e indiretas justificadas como “perigo comunista” ou “subversão social”. A América Latina foi notadamente subordinada ao *status quo* de reserva econômica e mantida como mercado consumidor e, obviamente, iniciativas de nacional-desenvolvimentismo e industrialização deveriam ser impedidas para que não viessem consumir as reservas materiais existentes (VIZENTINI, 1997, p. 10-12).

Em contrapartida, a Conferência de Yalta prescrevia para os países Afro-asiáticos sob o jugo colonial medidas de palpável diferença em relação àquelas

direcionadas à América Latina. A persistência dos vínculos de dominação colonial foram condenados pela diplomacia de ambas potências protagonistas do jogo político e, ainda, pela recém criada Nações Unidas. Importante ressaltar que o território colonial era tido como zona de influência norte-americana, fosse pela ascensão desta sobre as metrópoles europeias em declínio ou, ainda, devido à certa anuência da URSS ao apoio conferido por Washington à ascensão dos povos coloniais à independência, sob o entendimento de relativo fator positivo e progressista (VIZENTINI, 1997, p. 10-12).

Contudo, é fundamental depreender os desdobramentos da política externa estadunidense sob um olhar crítico. A proeminência adquirida através de sua ascensão como uma das superpotências em nível global trouxe consigo a necessidade de reformulação das diretrizes de sua política externa frente à nova configuração mundial no pós guerra – caracterizada pela bipolaridade entre os EUA e a URSS e a subdivisão do mundo em zonas de influência. O declínio das metrópoles europeias constituiu, assim, uma oportunidade de sublevação como protagonista do jogo político. O modelo de “desenvolvimento” imposto pelos EUA consistia na arrematamento de novos mercados consumidores para seus produtos industrializados, concentrando seus esforços sobre os países subdesenvolvidos (América Latina) e periféricos (Ásia-África), procurando constituir vínculos visando acesso às matérias-primas destes – pois se encontravam à margem do processo de industrialização e seus projetos de desenvolvimento eram constantemente reprimidos pelas forças dominantes - aprofundando e garantindo uma relação de dependência e perpetuando o subdesenvolvimento. Sob tal perspectiva, a iniciativa pleiteada pelos EUA na condenação dos remanescentes vínculos coloniais europeus sobre os países Afro-asiáticos continha interesses intrínsecos velados.

O século XX foi marcado por grandes processos revolucionários que têm transformado profundamente a sociedade internacional, quebrando um ciclo que havia durado mais de três séculos. Não eram, de forma alguma, movimentos sísmicos que irromperam inesperadamente na vida da humanidade. Foram precedidos por dolorosos e prolongados processos que engendraram crises frequentemente acompanhadas de destruição e derramamento de sangue. Muito possivelmente, quando os historiadores tiverem a necessária perspectiva histórica e o distanciamento essencial da ideologia, se convenha que dentre todos aqueles processos de transformação, especialmente um se destacou e se impôs aos demais por sua firmeza e dimensões. Referimo-nos à revolução colonial, a libertação dos povos que durante séculos viveram submetidos a tão hediondo sistema de exploração humana, econômica e cultural (MESA, sd, p. 5).

A evolução do processo de descolonização trouxe consigo importantes desdobramentos. Aos poucos as nações Asiáticas e Africanas adquiriam consciência de sua condição e convergem junto ao posicionamento da Ibero-América quanto ao significado de Yalta e, na medida em que se acirravam os processos independentistas, as nações afro-asiáticas sentiam com maior intensidade a carência do desenvolvimento econômico.

A Conferência de Bandung (1955) foi um reflexo da luta dos povos Afro-asiático das mazelas do colonialismo e lança luz sobre as demandas essenciais provenientes da periferia mundial, marcando declaradamente a contraposição à configuração da política de esferas de influência impostas em Yalta, ressaltando a essencialidade do avanço no processo de descolonização e abordando de forma clara a questão do desenvolvimento. Erige-se, nesse contexto, denúncia aberta acerca da existência do conceito do conflito Norte-Sul, expressão de um mundo dividido entre países ricos e industrializados e países pobres exportadores de produtos primários para além do tradicional conceito do conflito Leste-Oeste que delineava o cenário internacional. O deslocamento de paradigma e concretização da noção de Terceiro Mundo e suas reivindicações estabeleceu os princípios básicos do Movimento dos Não-Alinhados, iniciativa que pressupunha a adoção de posicionamentos no campo diplomático e geopolítico equidistante das superpotências, enfatizando princípios de autodeterminação e soberania. (MESA s/d; VIZENTINI, 1997).

Definitivamente, “a tendência contrária que mais abalou as ideias hegemônicas do período foi o fortalecimento do anticolonialismo e dos processos de descolonização, e conseqüentemente, o surgimento do Terceiro Mundo e do terceiro mundismo em contraposição como alternativa aos estabelecidos e hegemônicos Primeiro e Segundo Mundos” (SOARES, 2008, p. 71).

Outro mundo estava se configurando, frente àqueles dois mundos. Desde o fim da grande disputa, em todo âmbito colonial se abriram caminhos para as exigências de autodeterminação [...] Setenta anos depois do Congresso de Berlim de 1885 - a apoteose do colonialismo -, na I Conferência de Solidariedade Afro-asiática celebrada em Bandung se reuniram, pela primeira vez, outro tipo de estadistas e líderes de 29 Estados e 26 movimentos de libertação. Bandung foi o ponto de partida de uma política internacional que universalizou a ONU e legitimou a autodeterminação e a descolonização pelas vias que foram necessárias.[...] (HEREDIA, 2005 *apud* SOARES, 2008, p. 71).

A presença de Cuba no Movimento dos Não Alinhados estava intrinsecamente relacionada com o compartilhamento de determinados valores alienáveis, evidenciados sob a perspectiva dos demais protagonistas do movimento acerca de seu significado:

A iniciativa do não-alinhamento era sinônima de independência e liberdade, primeiramente frente às antigas metrópoles colonizadoras e às que ainda estavam surgindo e, ainda, frente aos centros de hegemonia mundiais e divisionismo ideológico. Este movimento atentava para a localização geográfica dos povos mantidos em condições de subdesenvolvimento – componentes do Sul periférico. Ainda que o vislumbre dos objetivos do movimento à época da conferência de Belgrado pudesse carecer de nitidez, a consciência coletiva acerca de suas aspirações era palpável. (MESA, sd, p. 29)

Bandung [...] configurou novas opções de ação para a América Latina. O terceiro-mundismo propiciava um suporte político-ideológico aos regimes populistas latino-americanos na defesa de reformas de base como via para o desenvolvimento. Se o processo de descolonização que conduziu à formação do Terceiro Mundo e do Movimento dos Países Não-Alinhados alterou as bases internacionais sobre as quais se estruturou o Sistema de Yalta, a Revolução Cubana representou o primeiro sinal de desgaste deste sistema (VIZENTINI, 1997, p. 13).

O mundo periférico ascende como ator político e contesta abertamente a condição exploradora da ordem internacional. Nesse momento, erige-se o movimento do Terceiro Mundo que se põe como uma crítica ao divisionismo ideológico e, sobretudo, ressalta a existência do conflito Norte-Sul para além do tradicional Leste-Oeste que pauta a conjuntura internacional. Nesse aspecto, Bandung lançou as bases ideológicas para a cooperação entre países em desenvolvimento, que seria retomada nos anos 1960 (UNCTAD) e 1970 (através da Nova Ordem Mundial e Plano de Buenos Aires de 1978).

### CAPÍTULO 3: CUBA E AS DIRETRIZES DA COOPERAÇÃO

---

O presente capítulo tem como objetivo central evidenciar os fundamentos da cooperação concedida por Cuba a outros países em desenvolvimento, conferindo foco especial sobre a relação estabelecida com a África, no intuito de desvendar quais seriam as particularidades da política cubana de cooperação internacional com outros países em desenvolvimento no contraste com as experiências de cooperação Norte-Sul e Sul-Sul.

Por se tratar de um tema especialmente polêmico, a responsabilidade de transcender o senso comum que envolve o engajamento cubano no campo da cooperação para o desenvolvimento incide sobre o estudo de forma substancial, tornando possível desvendar a realidade através de uma abordagem sistemática acerca dos princípios, fundamentos e diretrizes da política externa cubana nesse setor específico.

Nesse contexto, em um primeiro momento será exposto um panorama da política externa revolucionária, tendo como base o modelo de análise proposto por Furtak (1985), objetivando tornar palpável a compreensão sobre os desdobramentos subseqüentes da relação Cuba-África nos marcos da cooperação para o desenvolvimento, bem as fases que contemplam as ações de Cuba para além de suas fronteiras.

Contudo, para lançar luz sobre os fundamentos norteadores da conduta cubana, é imprescindível aportar conceitos de **cooperação** e **internacionalismo**, estabelecendo parâmetros para que haja compreensão da força motriz que mobiliza e impulsiona a solidariedade internacional empreendida por Cuba, principalmente no amparo de outros países subdesenvolvidos, durante mais de 50 anos apesar das limitações que lhe são impostas.

As diretrizes da cooperação cubana para o desenvolvimento subdividem-se de forma categórica em: cooperação para descolonização e luta dos movimentos sociais; cooperação para o desenvolvimento social (educação, saúde, esporte e cultura); agenda atual da Cooperação Cubana; abarcando em seu âmbito os principais programas de cooperação fornecidos por Cuba desde o triunfo da Revolução em 1959 até os dias de hoje.

### 3.1 Panorama Histórico da Política Externa Cubana

O estudo de Furtak (1985) nos brinda com uma análise temporal acerca da política exterior revolucionária instituída a partir de 1959 até os anos 80. Ao traçar um panorama em torno da orientação e conduta de Cuba sob a égide dos três âmbitos de atuação concernentes à conjuntura política internacional do período, – Estados Unidos; América Latina, Caribe e Terceiro Mundo; Bloco Soviético – foram identificadas diferentes fases da política externa cubana que, todavia, convergem quanto à continuidade e coerência com as bases de atuação que emanam da essência de sua revolução, abrigadas pelos princípios do “internacionalismo proletário” e da “solidariedade combativa dos povos” consolidados em termos normativos no artigo 12 da Constituição de 1976 (FURTAK, 1985, p. 343).

O autor subdivide a política externa cubana nas seguintes fases: Reorientação (1959-1961), Exportação da Revolução (1961-1967), Consolidação (1968-1974) e Moderação e Expectativa (a partir de 1980).

A primeira fase contempla a fundação do regime revolucionário, onde se dão os processos endógenos de mudanças estruturais de modo a desprender-se das amarras de dependência norte-americana e consolidação da Revolução. Como já exposto no capítulo anterior, as relação Cuba - Estados Unidos foi se deteriorando a partir de ações e reações de acordo com suas respectivas aspirações, “que reuniam os elementos próprios de uma política *self-fulfilling prophecy*”: Os Estados Unidos estabeleceram as condições para que houvesse uma aproximação com a União Soviética, devido às ações represálias imposta à Ilha, que precisou buscar apoio econômico diversificado, e Cuba alentou as preocupações de infiltração comunista no Hemisfério Ocidental (FURTAK, 1985, p. 345).

Contudo, a inclinação ao bloco soviético – nesse primeiro momento – não ocorre devido à inclinação ideológica, mas por necessidade econômica e militar no intuito de garantir sua sobrevivência.

Já era obvia a tendência socialista da Revolução Cubana, mas o marxismo-leninismo se elevou à categoria de ideologia da revolução depois que seus objetivos haviam se realizado em grande medida. E a “confissão” pública se proclamou só depois de um processo de “conversão” interior” (FURTAK, 1985, p. 347).

Nessa fase inicial, Cuba busca apoio junto aos países do Terceiro Mundo e, segundo Furtak (1985, p. 348), “aspirava que esta filiação compensasse pelo isolamento político e econômico dentro do Hemisfério Ocidental”.

A segunda fase identificada pelo autor demonstra a possibilidade de desconstrução de ao menos dois argumentos tradicionais: O alinhamento automático de Cuba à URSS (questão abordada na fase precedente e também no 1º capítulo) e Cuba como *instrumento* ou *fantoches* da União Soviética.

A coerência com os fundamentos político-ideológicos da revolução consolidadas no âmbito interno refletia-se sobre o plano internacional em todas as esferas de atuação, norteadas pela defesa do internacionalismo e solidariedade.

Lopez (2010, p. 55) afirma que

as políticas que a revolução triunfante começou a aplicar internamente (...) apontaram inequivocamente para uma redistribuição mais justa da riqueza nacional e, com isso, a uma reestruturação das relações sociais (...) se promoveu a solidariedade em detrimento da crescente mercantilização dos vínculos humanos, que havia sido cada vez mais a norma no período pré-revolucionário. Essas políticas internas tiveram sua correspondência em uma projeção externa que privilegiada a defesa da igualdade soberana entre as nações, a ajuda solidária aos países mais pobres e o apoio aos movimentos de libertação nacional no mundo inteiro.

Durante a segunda etapa da política externa cubana, a União Soviética teve que reconhecer que Cuba não estava disposta a subordinar-se a seus interesses políticos globais. Em virtude da Guerra Fria, se estabeleceu entre URSS e EUA uma política de “coexistência pacífica” e a constante militância cubana em conferir apoio aos movimentos guerrilheiros na América Latina, e seu anseio de fundir as forças revolucionárias da África, Ásia e América Latina eram fatores que viriam a perturbar o interesse em manter tal política (FURTAK, 1985, p. 349).

O citado autor (*ibid.*, p. 350) salienta que

fiéis ao credo revolucionário, incluído na Segunda Declaração de La Habana (4 de fevereiro de 1962), os líderes cubanos não apenas estavam empenhados em estender a fâsca revolucionária na América Latina, como também em colocar o ímpeto da revolução à serviço da luta emancipatória na África e Ásia.

Havia a pretensão de fundar um Movimento Revolucionário do Terceiro Mundo, que encontra respaldo sob os auspícios da Organização para a Solidariedade dos povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAL) fundada em Havana em janeiro de 1966 – reconhecida como a Tricontinental (FURTAK, 1985, p. 350).

HARRIS (2009, p. 35) destaca que este era um dos grandes sonhos de Guevara, que retornara a Cuba após o malogro sofrido na missão do Congo, seria “uma organização intercontinental representando os países subdesenvolvidos do mundo, com sede em Cuba, havia sido estabelecida por Fidel Castro apenas alguns meses antes de seu retorno”. Harris (2007 *apud* HARRIS, 2009, p. 86) diz que “as idéias revolucionárias do Che foram o tema central da discussão entre os delegados, e isso, sem dúvida, reforçou sua determinação de realizar um de seus sonhos mais antigos: a libertação das massas oprimidas e exploradas da América Latina”.

A concepção de Guevara acerca da importância do desenvolvimento de uma “consciência socialista” em detrimento da eficiência e rentabilidade econômica foi adotada no cerne do Debate de Planificação entre 1962 e 1965 ocorridos em Cuba, e “os estímulos materiais ao trabalho ficaram relegados em favor dos estímulos morais” na política econômica e social, uma vez que “os cubanos aspiravam que o “homem novo” fosse criado durante a fase de desenvolvimento socialista, ou seja, enquanto se levantava a base material para o passo em direção ao comunismo”. Tal política era um desafio ideológico para a União Soviética e provocou tensões, segundo o autor, pelo fato de “minar a efetividade da ajuda soviética, dada a carência inerente de rentabilidade que acusava o experimento cubano quanto ao emprego de recursos” (FURTAK, 1985, p. 351).

Na terceira fase observa-se o estabelecimento de uma estreita relação ideológica e política com a União Soviética, tendo como fator decisivo o fato de admitir que as dificuldades econômicas de Cuba pudessem ser reduzidas ou agravadas dependendo da atitude soviética. Outro fator destacado remete à questões de segurança territorial, devido ao fracasso dos movimentos revolucionários na América Latina. Nesse período, o conceito cubano de desenvolvimento foi objeto de autocrítica exposto em discurso por Fidel Castro em 26 de julho de 1970, onde discorre sobre a disposição para reorganizar o sistema econômico e orientar a política econômica com critérios de eficiência e rentabilidade. A consolidação desta intencionalidade se dá nos marcos do Conselho de Ajuda Mútua Econômica (CAME) no qual Cuba ingressa oficialmente em 1972 e na adoção do sistema soviético de direção e planejamento da economia (FURTAK, 1985, p. 352).

A fase subsequente nomeada de “Dinâmica Global (1975-1979)” é especialmente relevante devido à ampliação do campo de ação nas relações

internacionais, instaurando uma nova dinâmica que estabelece, em particular, maior intensidade na Cooperação Sul-Sul através de um compromisso militar com a África, liderança no Movimento dos Não Alinhados e aproximação com a América Latina. (*ibid.*, p. 353).

O autor argumenta que “a solidariedade com o Terceiro Mundo, diferente da manifestação anterior, não tratava mais de “exportar a revolução”, e sim estabilizar os regimes revolucionários sob o signo do “internacionalismo proletário” (*ibid.*, p. 354). Nesse ponto, Furtak falha ao não considerar o pressuposto básico de uma revolução: ela emana do povo. E, segundo Fidel Castro (1962 *apud* HARRIS, 2009, p. 33),

para a acusação de que Cuba quer exportar sua revolução, nós respondemos: revoluções não são exportadas, são feitas pelo povo...O que Cuba pode dar às pessoas, e já deu, é o seu exemplo. E o que a Revolução Cubana ensina? Que a revolução é possível, que as pessoas podem fazer isso, que no mundo contemporâneo não há forças capazes de travar o movimento de libertação dos povo.

O historiador Blanco não entende que Cuba gerou um “modelo de revolução” a ser exportado, e acredita que essa imagem foi construída devido aos esforços da propaganda contra-revolucionária e ao “perigo” a ser combatido. Ele acha que a Revolução Cubana despertou esperanças ou “reatualizou” o mito da revolução tornando o ideal da transformação social total uma possibilidade viável (BLANCO *apud* CARVALHO, 2004, p. 41).

O engajamento cubano com a África se desenvolve a partir de 1960, e desde cedo concede apoio a movimentos emancipatórios em suas lutas para conquistar a liberdade, além de contribuir para estabilização de regimes “progressistas” e ajuda para promover desenvolvimento e reorganização do ordenamento socioeconômico tradicional (FURTAK, 1985, p. 354). Tal cooperação corresponde a dois níveis: militar e civil.

A última fase analisada por Furtak pressupõe “moderação e expectativa” a partir dos anos 80, onde se verifica uma deterioração da capacidade de manobra do país e relativo declínio de sua liderança no Terceiro Mundo em virtude da crise do Afeganistão que “aprofundou as diferenças entre o mundo comunista e o mundo ocidental” e o posicionamento adotado neste momento “produziu um conflito de lealdade para Cuba como país socialista comprometido a brindar apoio político à

URSS e como membro do Movimento dos Não Alinhados” (FURTAK, 1985, p. 357 e 359).

O panorama desenvolvido por Furtak desvenda algumas características lineares inerentes à política externa revolucionária como: a amplitude de ação frente à magnitude de recursos econômicos; continuidade dos objetivos perseguidos nos respectivos campos de ação - resguardo da independência e autonomia em relação aos EUA; apoio soviético em termos econômicos e militares e conservação de certa liberdade de ação, buscando formar sua própria imagem ao atuar como protagonista da Cooperação Sul-Sul; diversificação de parcerias e consecução de mudança e tecnologia; fomento de revoluções e estabilização de regimes anti-ocidentais na América Latina, Ásia e África – e sólidas bases conquistadas em matéria de desenvolvimento que favorecem a realização de tais fins (FURTAK, 1985, p. 360).

A contribuição do estudo consiste em sublinhar de forma sistemática as ações cubanas no plano internacional ao longo de 25 anos, tornando possível identificar os momentos iniciais das relações entre Cuba e os demais países subdesenvolvidos do Sul – conferindo enfoque especial sobre a aproximação com a África - bem como a congruência com prioridades delineadas de forma endógena, projetadas sobre a cooperação para o desenvolvimento. A posteriori, a evolução subsequente das relações internacionais protagonizadas por Cuba após 1980 serão explicitadas no decorrer do presente capítulo.

### **3.2 Conceitos de Cooperação e Internacionalismo**

Os conceitos de Cooperação e Internacionalismo estão intrinsecamente conectados com as relações estabelecidas entre Cuba e África no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento. A fim de elucidar as particularidades desta política, é fundamental aduzir tais conceitos.

O termo ‘Cooperação’ tal como expresso no Dicionário de Ciências Sociais (1987) é definido como

qualquer forma de trabalho em conjunto, em contraste com concorrência ou oposição. Em economia e história social o termo é empregado (como o adjetivo cooperativo) para descrever qualquer forma de organização social ou econômica que tem por base o trabalho harmônico em conjunto, em oposição à concorrência.

Em relação à Cooperação Internacional, González (2000, p. 1-2) diz que

o que distingue estas relações daquelas que normalmente ocorrem entre as nações, é a sua concessionalidade. Isto é, todas apresentam um elemento de auxílio ou condições concessionais do país doador para o país destinatário. Nota-se que, em geral, estas relações de cooperação possuem um forte componente extra-econômico, freqüentemente de natureza política, mas também humanitário e de solidariedade.

Em termos conceituais – sob a perspectiva cubana – o desenvolvimento “se concebeu como a inter-relação dialética entre o econômico e social, e no entendimento de que o simples crescimento econômico, sem equidade e justiça social, não conduziria a etapas superiores de desenvolvimento” (FERNANDÉZ; DUYOS, 1996, p. 98).

A cooperação envolve, portanto, uma reflexão acerca das bases que edificam a ação e os fundamentos que movem à iniciativa de cooperar erigem-se sobre a ação coletiva. O ato de cooperar pressupõe uma relação de troca, de complementaridade ou ainda de superar limites impostos através de esforços mútuos, coletivos, que almejam atingir determinado fim, que se torna palpável e tangível a partir da ação mobilizada pela cooperação.

O internacionalismo fundamenta-se sobre a noção de cooperação entre os povos de todas as nações em prol do bem comum da humanidade. A definição do termo, segundo consta no dicionário, alude a uma “doutrina segundo a qual os diversos interesses nacionais devem estar subordinados a um interesse geral supranacional. / Identidade de fins comuns a certas classes sociais ou a certos agrupamentos políticos de diversas nações” (FERREIRA, 2012).

No entanto, como ressalta Harris (2009, p. 29-30) é crucial constituir uma distinção entre duas formas de internacionalismo na dinâmica política contemporânea: liberal (burguesa) e socialista (proletária).

Em termos gerais, o internacionalismo liberal no seu melhor está preocupado com "fortalecer, expandir e aprofundar as instituições internacionais, a fim de fomentar a cooperação contra problemas comuns e para trazer o mundo mais perto do ideal liberal de um mundo governado por um razoavelmente justo e bem aplicado conjunto de regras" (YGLESIAS, 2008 *apud* HARRIS, 2009, p. 29-30).

No dicionário de política, se define como

acepção bastante ampla vinculada à herança do COSMOPOLITISMO (v.) e compreende tendências tão diversas como (...) aspiração humanitária a uma comunidade de idéias e de ideais capazes de unir todos os povos numa só sociedade civil, (...) por meio de um sistema de instituições e normas supranacionais (...) expressa quando muito em projetos nebulosos e moralizantes, de que é possível melhorar de forma pacífica e gradual a

ordem social existente com a superação dos contrastes nacionais, mediante a criação de novas instituições e a reforma das concepções políticas predominantes (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 643).

O autor sublinha que esta forma de internacionalismo tem como problema fundamental a ausência de uma crítica efetiva quanto à natureza exploradora da ordem internacional existente e se mostra insuficiente em objurgar e opor efetivamente a profunda desigualdade de riqueza e poder existente no interior do sistema internacional e entre os Estados que o compõem. Ademais, mesmo os defensores deste modelo “são propensos a aceitar ações auto-interessadas e/ou hegemônicas de [seus] Estados quando tomadas em nome do internacionalismo e/ou para defender o que eles chamam de segurança nacional” (HARRIS, 2009, p. 29-30).

Há uma descontinuidade entre discurso e prática e, ao considerar a característica desigual inerente ao arcabouço institucional internacional e observando o pressuposto que embasa o internacionalismo liberal (regras bem estabelecidas) cabe uma crítica quanto ao processo de elaboração e legitimidade destas regras, uma vez que são suscetíveis a influências de poder.

Segundo Lima (2006, p. 3) pode-se indagar até que ponto esse ideal de cooperação não estaria refletindo - e conservando – “os pilares de uma tradição de pensamento orientada pela idéia de uma razão universal modeladora da ordem e capaz de instaurar ordens sociais ideais racionalmente planejadas em contextos percebidos como desordens”.

Quanto à concepção de internacionalismo proletário – reconhecido em Cuba também como solidariedade internacionalista – em contraponto com o internacionalismo liberal, aparece pela primeira vez em sua formulação completa no *Manifesto do Partido Comunista* elaborado por Marx e Engels – “deriva da solidariedade das classes trabalhadoras oprimidas pela ordem social vigente e vê na eliminação da sociedade dividida em classes, por meios revolucionários, a base da superação dos antagonismos nacionais”, assim o Internacionalismo proletário demonstra ainda, sem dúvida, “uma grande vitalidade como sentimento de solidariedade para com os povos oprimidos, em luta pela sua libertação” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 643).

Segundo Löwy (1997, p.97), o internacionalismo para Marx e Engels continha duas características importantes: por um lado representava a peça central da

“estratégia de organização e luta do proletário contra o capital global e a expressão de uma pretensão humanista e revolucionária” que tinha conformava a emancipação da humanidade como valor e objetivo maior.

A idéia geralmente atribuída à esse tipo de internacionalismo como utópico é rebatida pelo autor de forma categórica, ao afirmar que

O comunismo é um movimento internacionalista em razão do caráter universalista e humanista de seus objetivos. [...] Entretanto, se o internacionalismo fosse apenas um princípio moral, um imperativo categórico, seria fácil rejeitá-lo como uma bela utopia. Se este não é o caso, é porque ele tira sua força política de condições objetivas, concretas e materiais, já analisadas por Marx e Engels no *Manifesto*: a unificação econômica do mundo pelo sistema capitalista. (LÖWY, 1997, p.98)

O conceito de internacionalismo socialista em detrimento do internacionalismo liberal pode ser aduzido, ainda, sob a perspectiva particularmente cubana através de discurso proferido por Fidel Castro:

Não é possível a comparação, porque a nobre e extraordinária idéia da solidariedade e o internacionalismo não existem no mundo capitalista desenvolvido e rico. Tais idéias só podem surgir do coração de uma sociedade que luta pela irmandade entre os homens e os povos, que luta pela justiça no mundo. (CASTRO RUZ, 2011 apud LÓPEZ; PLASENCIA; DENIS; GONZÁLEZ, 2011, p. 364).

### **3.3 Cooperação para descolonização e luta dos movimentos sociais**

Em torno do engajamento de Cuba com a África foram construídas certas polêmicas em termos de intencionalidade, principalmente em capitais ocidentais. O principal argumento utilizado seria a justificativa da ação cubana como tendenciosa, ou seja, que a atuação na África correspondesse aos interesses Soviéticos no contexto da Guerra Fria.

No entanto, características constantes depreendidas ao longo do meio século de relações da Cuba revolucionária com a África evidenciam, particularmente, “a sua consistência (especialmente entre o discurso oficial e a ação), sua imutabilidade (permanência dos seus princípios básicos ao longo dos anos) e adaptabilidade (capacidade de operar em fases e condições de mudança que afetaram África e/ou Cuba)” (LÓPEZ, 2010, p. 55-57).

O discurso oficial enfatiza os laços sanguíneos de Cuba com a África, explicitando a percepção acerca da necessidade de retribuir à África os esforços empreendidos em todas as guerras independentistas e revolucionárias no país, por

sua contribuição à construção da nação cubana. A iniciativa consiste no marco do “dever dos cubanos de compensar” aos povos deste continente pelo papel crucial protagonizado no processo histórico de independência e também pelos séculos de escravidão que seus antepassados sofreram (*ibid.*).

O foco analítico geralmente conferido à cooperação prestada por Cuba à África se delinea sob a perspectiva previsível das dicotomias da Guerra Fria, enquanto a dimensão dos logros realizados pelas missões civis em paralelo com o envolvimento militar é convenientemente negligenciada (HATZKY, 2008, p. 53).

O comprometimento histórico de Cuba com o processo de mudança – e não a subserviência aos objetivos da política internacional soviética – está na raiz de suas decisões políticas, consistente com a herança da revolução e ativamente apoiada pela população cubana. Portanto, “os eventos na África não fazem parte da Guerra Fria, mas resultam de décadas de colonialismo e lutas históricas de libertação – o papel de Cuba na África deve ser entendido neste contexto para ser realisticamente avaliado” (ADAMS, 1981, p. 109).

A efervescência libertária presente na África ao triunfo da Revolução Cubana propiciou o desenvolvimento de afinidades com os países africanos que estavam ascendendo à libertação do jugo colonial - e a primeira missão internacionalista de Cuba dirige-se à Argélia em 1961-62.

A altruísta e desinteressada ajuda cubana ao continente africano ficará registrada na historiografia como uma das páginas mais belas e humanas dos tempos modernos, em contraposição aos saques que sobre essa região do mundo tem realizado durante séculos as nações desenvolvidas do ocidente. A ajuda e o reencontro com a África se iniciaram apenas dois anos após o triunfo da Revolução, quando combatentes cubanos cruzaram o oceano para oferecer colaboração aos combatentes argelinos [...] poucas semanas depois, em janeiro de 1962, foram trazidos a Cuba 76 guerrilheiros feridos e 20 crianças do campo de refugiados (FERRO, 2007).

A Revolução argelina, vitoriosa em 1962, marcou o início de uma era de descolonização, durante o qual os nomes no mapa da África mudaram radicalmente. Segundo Gott (2005) “os revolucionários cubanos se identificaram com os argelinos, e já em 1961, Cuba foi proporcionar-lhes ajuda militar e humanitária, começando uma longa história de participação em lutas anti-colonialistas africanas”.

Embora o governo norte-americano insistisse que as ações militares na África violavam os princípios do Movimento dos Não Alinhados porque teriam supostamente sido conduzidas a pedido da União Soviética, Gleijeses (1996, p. 161) afirma que a ajuda que Cuba deu à Argélia em 1961-2 “não havia nada a ver com o

conflito Leste-Oeste. Suas raízes precedem a vitória de Castro em 1959 e reside sobre a ampla identificação cubana com a luta do povo argelino”.

A retórica norte-americana pretendia desestabilizar Cuba no Terceiro Mundo, imprimindo esforços para mantê-la isolada e sua revolução, contida. Essa era uma das preocupações dos líderes cubanos e, dentre eles, Che Guevara, que acreditava profundamente que Cuba só se tornaria verdadeiramente independente e teria sua revolução socialista bem sucedida quando outros governos socialistas e revolucionários fossem estabelecidos – reside, neste ponto, um imperativo de cunho ideológico e estratégico (HARRIS, 2009, p. 35).

A cooperação de Cuba na independência da Argélia ocorre a partir de outubro de 1961, com uma oferta de ajuda à Frente de Libertação Nacional Argelina (FLN). Em dezembro, um navio (*Bahía de Nipe*) parte de Havana com um carregamento de armas – de fabricação essencialmente estadunidense – para fornecer ao movimento, e retorna à Cuba com 76 guerrilheiros argelinos feridos – convidados pelo governo para se recuperarem - e 20 crianças provenientes de campos de refugiados – que iriam ‘estudar e crescer em Cuba, e um dia se tornarem cidadãos produtivos de uma Argélia livre’ (GLEIJESES, 1996, p. 160-161; FERRO, 2007).

O embate argelino contra o colonialismo francês foi apoiado pelo governo cubano, ato que, em termos de interesses estreitos, pôs em risco a relação diplomática com a França que estava disposta a manter relações com a Cuba revolucionária. Apesar disso, o governo optou por assistir à causa argelina, abraçando-a no âmbito das Nações Unidas (GLEIJESES, 1996, p. 161).

A Argélia conquista sua independência em 3 de julho de 1962 e elege, através da Assembléia Nacional, Ben Bella como primeiro ministro. Alguns meses depois, durante uma visita a Cuba, Ben Bella e Fidel Castro reconheciam um caminho paralelo em suas lutas, o que gerou um senso de comunidade. Nesta ocasião, como forma de dar continuidade à assistência prestada à revolução argelina, Fidel Castro concede o envio de uma missão médica, composta por voluntários cubanos – que chega à Argélia em maio de 1963, dando início à cooperação técnica internacional (GLEIJESES, 1996, p. 162, 164-165).

Esta iniciativa evidencia uma clara expressão de altruísmo quando considerada a situação interna de Cuba em função do êxodo massivo de médicos nos primeiros anos de revolução, “cerca de 50% dos 6.286 profissionais que

contava”. Momento no qual o governo cubano empenhava-se para estender os serviços de saúde a localidades da nação que jamais haviam tido.

Todavia, a situação na Argélia era crítica, pois a nação recém independente se viu subitamente privada de quase toda equipe médica francesa existente no país e, ao solicitar auxílio cubano, foi prontamente atendido com o envio da brigada médica que ofereceu serviços gratuitos (TORRES; CRUZ, 2011, p. 385; LÓPEZ, 2010, p. 55-57; GLEIJESES, 1996, p.166).

Em 17 de Outubro de 1962, se declara oficialmente o princípio da Solidariedade Internacional quando Fidel, no ato de inauguração do Instituto de Ciências Básicas e Pré-clínicas “Vitória de Giron”, anuncia a decisão do governo cubano de brindar ajuda no campo da saúde. Se considera então a data de início da Colaboração Médica Internacional cubana com brigadas permanentes em 23 de maio de 1963, com o envio da primeira brigada a Argélia (TORRES; CRUZ, 2011, p. 385).

Nesse mesmo ano, surge uma nova ameaça à Argélia advinda do Marrocos. O jovem rei Hassan II ostentava seu nacionalismo “adotando demandas chauvinistas dos companheiros de seu pai por um grande Marrocos”. Sua pretensão por expansão territorial dirigia-se a “reivindicação da Mauritânia (um membro em boa posição na Organização da União Africana), um pedaço do Mali, e uma ampla faixa da Argélia ao longo da fronteira mal definida” (GLEIJESES, 1996, p. 171).

A irrupção do novo conflito fez com que Ben Bella pedisse ajuda militar para Cuba, que imediatamente começa a formar o *Grupo Especial de Instrução* (GEI), a força especial enviada a Argélia. Importante destacar que, precisamente nessa época, o Marrocos havia assinado um contrato para compra de milhões de toneladas do açúcar cubano durante três anos por um montante de \$184 milhões, uma quantia considerável dada às circunstâncias do bloqueio comercial. No entanto, Cuba iria ajudar mesmo que tal decisão colocasse em risco o contrato (*ibid.*, p. 174).

Em suma, a cooperação militar cubana consistia basicamente em compartilhar técnicas, treinamento local e combate. As instruções dadas por Raul Castro retificam a natureza da missão: “manter um completo e absoluto respeito pelo costume e religião argelina. Não se gabar de nossa Revolução ou ideologia. Ser modesto sempre, compartilhar o pouco que sabemos e nunca procurar aparecer como especialistas [...] A ordem é “treinar e lutar; lutar e treinar” (GLEIJESES, 1996, 177-178).

A *Operación Dignidad* foi suspensa em virtude da possibilidade de um acordo cessar-fogo, assinado no dia seguinte à incursão. A partir de então, os soldados

cubanos tornaram-se instrutores e permaneceram treinando os argelinos e, em paralelo, os serviços médicos da GEI foram concedidos de graça à população civil da região. Em março de 1964, os cubanos entregaram a unidade totalmente equipada para os argelinos e deixaram todo o equipamento militar sem cobrar nada. (GLEIJESES, 1996, p. 179, 182-183).

A épica cooperação com a África havia começado. Em 1964, Ernesto Che Guevara percorreu durante um período de três meses uma série de países africanos, no intuito fundamental de estabelecer contatos com líderes e organizações revolucionárias no continente, fato que marcou o aprofundamento das relações que se estendem ao longo de décadas (FERRO, 2007).

[Che Guevara] Estava particularmente interessado na África e estabeleceu estreitas relações com a maioria dos líderes progressistas na região, incluindo Kwame Nkrumah do Gana, Julius Nyerere da Tanzânia, Abdel Nasser do Egito, Amílcar Cabral da Guiné-Bissau, e Agostinho António Neto de Angola. (...) fez arranjos para fornecer assistência militar e civil para os movimentos guerrilheiros armados que lutam pela independência nacional de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Rodésia (Zimbábwe) e Congo (TAIBO, 1996 *apud* HARRIS, 2009, p. 33).

A saga de internacionalismo de Cuba iniciada na Argélia influenciou desdobramentos subseqüentes de cooperação militar e civil a outros governos africanos, começando com o Zaire e Congo Brazzaville em 1965 e depois os rebeldes da Guiné-Bissau entre 1966 e 1974 – estes acontecimentos precederam a intervenção na Angola em 1975, evento de maior magnitude (GLEIJESES, 1996, p. 194).

De forma mais ampla, Harris (2009, p. 37) destaca o impacto da cooperação cubana sobre os principais movimentos de libertação africanos

o suporte internacionalista cubano teve um papel fundamental não só na libertação e defesa da independência da Argélia e de Angola, mas também na libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde da dominação colonial portuguesa, a defesa do governo recém-independente da República Democrática do Congo (Brazzaville) das forças neocoloniais, a libertação de Moçambique do domínio colonial português, a libertação da Rodésia (Zimbábwe) e da Namíbia, e a queda do regime do apartheid na África do Sul.

A campanha internacional de maior amplitude conferida por Cuba dirigiu-se à Angola e, nesse contexto, é notadamente reconhecida a relevância da intervenção cubana em auxiliar as forças do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) a derrotar os seus inimigos internos e os exércitos invasores do Sul Africano (HUIISH; KIRK, 2007, p. 79; DOMÍNGUEZ; LINDAU, 1984, p. 79).

De 1975 até 1988 Cuba forneceu suporte essencial para o Movimento Popular da Libertação de Angola (MPLA), contra a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional da pela Independência Total de Angola (UNITA), grupos patrocinados pelos Estados Unidos e África do Sul do apartheid. A dimensão dos esforços cubanos pode ser apreendida parcialmente ao observar o contingente composto por 36.000 soldados entre 1975-1976 enviados à Angola (RUMBAUT; RUMBAUT, 2009, p. 91; DOMÍNGUEZ; LINDAU, 1984, p. 79).

A vitória do MPLA sobre seus inimigos foi um marco para o colapso final do regime de apartheid vigente na África do Sul. Em discurso, Nelson Mandela sublinha a solidariedade do povo cubano:

O povo cubano tem um lugar especial no coração dos povos da África. Os internacionalistas cubanos deram uma contribuição para a independência Africana, liberdade e justiça sem precedentes por seu caráter íntegro e altruísta. Nós, na África somos usados para servir de vítimas de países que querem esculpir o nosso território ou subverter a nossa soberania. É inigualável na história Africana ter outro povo ascendendo para a defesa de um de nós. A derrota do exército do apartheid foi uma inspiração para as pessoas que lutam na África do Sul (BRUNDENIUS, 2009, p. 39-40).

Os horizontes da Revolução Cubana se expandiram ao continente africano como reflexo de solidariedade e compromisso social. A presença militar cubana na África estava acompanhada por um programa massivo de assistência técnica: dezenas de milhares de especialistas cubanos – sobretudo nos campos da saúde, educação e construção – trabalharam em paralelo nos países auxiliados em seus movimentos de libertação. A combinação entre a cooperação civil e a cooperação militar produziu efeitos positivos em países como: Argélia, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné, Etiópia, Congo Brazzaville (GLEIJESES; RISQUET; REMÍREZ, 2008, p. 2).

### **3.4 Cooperação para o desenvolvimento social (educação, saúde, desporto e cultura)**

Ao longo de cinco décadas, o marcante avanço consolidado por Cuba em setores do desenvolvimento social – especialmente educação, saúde, desporto e cultura – constituem a base edificadora das conexões de cooperação com outros países que, em congruência com os princípios de solidariedade e internacionalismo

intrínsecos à ideologia da nação, tornou possível a propagação de uma política social para além de suas fronteiras.

Em virtude disso, Cuba investe na formação de força de trabalho qualificada disposta a compartilhar tais conquistas endógenas com outros povos em situação de emergência ou que demonstre necessidade e interesse na ampliação da abrangência destes serviços em locais onde se encontram inexistentes ou escassamente desenvolvidos (ÁLVAREZ; CRUZ, 2010, p. 8).

De acordo com Huish e Kirk (2007, p. 84)

o essencial objetivo do modelo cubano é capacitar moradores locais para assumir a responsabilidade da comunidade - para tornarem-se entidades ativas no nível local, para atuar como protagonistas, em vez de receptores passivos. Este é um componente essencial do credo revolucionário praticado por Che Guevara e inúmeros internacionalistas cubanos por mais de quatro décadas.

O eixo da experiência cubana de cooperação Sul-Sul – da qual é pioneira - reflete componentes fundamentais da política externa do país, regida sob os seguintes pressupostos:

A cooperação se produz em benefício e interesse mútuo, equitativo, entre os Estados – Cuba compartilha o pouco que tem; é oferecida sem imposição de condicionamentos de nenhuma espécie, com amplo consenso nacional e vontade política; se desenvolve, sobretudo a partir da soma das potencialidades dos países envolvidos sem fins lucrativos, focalizando verdadeira integração; corresponde às demandas manifestadas pelos países beneficiários de tal ajuda; os profissionais prestam serviços a todas as pessoas, independente de raça, credo ou ideologia, sem interferir em assuntos políticos internos e respeito aos costumes e leis locais (TORRES; CRUZ, 2011, p. 384).

A cooperação Sul-Sul é o conjunto de atividades coletivas empreendidas por países em desenvolvimento, formuladas e implementadas por estes para promoção de seu desenvolvimento autônomo, a eliminação progressiva das lacunas econômicas e técnicas que os separam dos países e a integração econômica, social e cultural, para sua melhor e mais justa inserção no contexto internacional (PNUD, 2003, p.115-116).

A prestação de cooperação internacional para outros países em desenvolvimento abarca diferentes modalidades nas esferas sociais, onde as principais referem-se ao envio de especialistas para prestar assistência técnica, concessão de bolsas de estudo nos níveis superior e médio, formação de pessoal

qualificado, doações e brigadas médicas – quase em totalidade de forma gratuita (GONZÁLEZ, 2000, p. 5).

O contexto nacional e internacional estabelece parâmetros sobre a evolução da cooperação em suas diretrizes. O período entre 1960 e 1980 caracterizava-se pelos movimentos de emancipação na África e América Central – alvo central da cooperação – e, em virtude disso, se inicia a colaboração na modalidade *missão internacionalista*, amparada sobre preceito de ajuda solidária gratuita (TORRES; CRUZ, 2011, p. 385).

Até 1985, os convênios de colaboração em qualidade de ajuda solidária alcançavam os seguintes países: Argélia, Tanzânia, Vietnã, Angola, Benin, Burkina Fasso, Burundi, Cabo Verde, Congo, Etiópia, Guiné Bissau, Guiné Conakry, Guiné Equatorial, Líbia, Mali, Moçambique, República Árabe Saharai, São Tomé, Seychelles, Somália, Uganda, Yêmen do Sul, Zâmbia, Laos, Camboja, Iraque, Guiana, Nicarágua, Granada y Jamaica (PNUD, 2003).

Segundo estudo publicado no início dos anos 90 por Felipe (1992), a quantificação da cooperação econômica concedida por Cuba a países do Terceiro Mundo estima-se em torno de 1.500 a 2.000 milhões de dólares, entre 1963 e 1989 – qualificando o país como pioneiro da cooperação sul-sul (GONZÁLEZ, 2000, p. 5).

No campo da saúde, os êxitos das políticas aplicadas no âmbito interno projetam-se para outros países através do Programa Integral de Saúde (1998). Após ultrapassar a crise dos anos 90 – produto da queda do campo soviético – foi estabelecido “um conjunto de programas tendo em vista a recuperação da qualidade dos serviços de saúde no país e ampliar ainda mais aos países em desenvolvimento com déficits de tais benefícios” (ÁLVAREZ; CRUZ, 2010, p. 12).

O Programa Integral de Saúde (PIS) tem como princípios gerais: o envio gratuito de colaboradores, principalmente especialistas de Medicina Geral Integral; prestação de serviços em zonas rurais onde seu trabalho não interfira com os médicos do país e devem comprovar sua condição profissional; os serviços serão prestados a toda população sem distinção de raça, credo e ideologia, sem influir na política interna e respeitando as leis e costumes dos países em que estão trabalhando (ÁLVAREZ; CRUZ, 2010, p. 27).

López (2010, p. 59) nos fornece dados sobre resultados da aplicação efetiva do PIS na África,

A aplicação do Programa Integral de Saúde cubano em 23 países africanos tem estendido os cuidados de saúde a 48 milhões de pessoas, quase 20% de toda a população nesse grupo de países. Em poucos anos, os 5.463

especialistas cubanos em saúde que aplicam o PIS na África ofereceram 42 milhões de consultas e seis milhões de visitas de terreno, garantiram 600.000 partos e 1.7 milhões de atividades cirúrgicas, administraram 5 milhões de vacinas e salvaram mais de 1 milhão de vidas – pouco mais de 2% da população de seu raio de ação.

Tendo em vista potencializar a efetividade do programa nos países requerentes, cria-se a Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM) – para auxiliar na formação de recursos humanos. Desde sua inauguração em 1998, “Cuba tem oferecido treinamento médico para os pobres do Sul em uma escala nunca vista antes” (HUISSH; KIRK, 2007, p. 83).

A intenção é capacitar os indivíduos e garantir seu retorno ao país de origem, para que exerça influência positiva sobre sua comunidade de forma a tornar uma possível cooperação no futuro desnecessária. É de extrema importância ressaltar, ainda, que Cuba não apenas acolheu estudantes estrangeiros como também criou faculdades de medicina em diversos países do terceiro mundo – sendo a primeira em 1975 no Yemem e, até o ano de 2007, haviam sido inauguradas outras na “Venezuela, Timor Leste, Guiné Bissau, Gâmbia, Guiné Equatorial e Eritréia” (ÁLVAREZ; CRUZ, 2010, p. 32; LÓPEZ, 2010, p. 59).

A cooperação internacional no campo da educação se desenvolveu de forma mais proeminente no contexto da missão educacional empreendida em Angola durante 1976-1991 através do “Destacamento Internacionalista Ernesto Che Guevara” e, simultaneamente, com a criação de escolas angolanas na Ilha da Juventude em 1977, “onde milhares de crianças angolanas receberam (e ainda recebem) uma educação gratuita primária e secundária, e bolsas de estudo para universidades cubanas” (HATZKY, 2008, p. 58)

Com base nas experiências precedentes, os educadores cubanos criaram um método de alfabetização denominado como “Yo sí Puedo” (Sim, eu posso) que contém mecanismos diversificados de ensino que tornam o processo de aprendizagem mais dinâmico e acessível – como transmissão de aulas através de meios de comunicação como rádio e televisão, permitindo maior acessibilidade e também conferindo às especificidades de cada país – exemplos do cotidiano – elemento de apoio à atividade docente (ÁLVAREZ; CRUZ, 2010, p. 36).

O programa ‘Sim, eu posso’, concebido por professores cubanos para alfabetizar já graduou mais de 70mil africanos. Ao simplificar o processo de aprendizagem e encurtar sua duração, mesmo quando aplicado a linguagens complexas, o método reduz significativamente o custo das campanhas para ensinar a ler e escrever para legiões de pessoas e as

torna acessíveis a países com altas taxas de analfabetismo (LÓPEZ, 2010, p. 59).

Entre os resultados do programa até meados de 2008 está a “alfabetização via rádio e televisão para mais de 3.634.239 milhões de pessoas em 23 países: Venezuela, Haiti, Paraguai, Argentina, México, Equador, Bolívia, Brasil, Peru, Panamá, Guatemala, Uruguai, Honduras, Nicarágua, República Dominicana, Nova Zelândia, Moçambique, Nigéria, El Salvador, Colômbia, Guiné-Bissau e Guiné Equatorial e Timor Leste” (ÁLVAREZ; CRUZ, 2010, p. 37).

A cooperação para o desenvolvimento de recursos humanos no âmbito desportivo ascende a nível internacional através da fundação da Escola Internacional de Educação Física e Desporto (EIEFD). Este projeto reflete a intenção de formar especialistas que impulsionem estas atividades em seus países de origem e, nesse aspecto, as capacidades adquiridas por Cuba nesta esfera dispõem de sua experiência em formação de “recursos humanos para atender ao desporto, educação física e recreação” (PNUD, 2003, p. 122).

Segundo dados da cooperação cubana, os primeiros estudantes eram procedentes da República Democrática do Congo. Em 2006-2007 mais de 70 países se beneficiavam dos ensinamentos, sendo 60% dos alunos da América Latina e 25% abrangiam a África e Ásia (ÁLVAREZ; CRUZ, 2010, p. 40).

As modestas conquistas atingidas por Cuba, por sua vez, foram compartilhadas com 160 países entre 1960 e 2008, por 271 mil trabalhadores civis, que estenderam sua solidariedade para melhorar as precárias condições de vida de outros povos do Terceiro Mundo, basicamente nas áreas de saúde e ensino (Kirk & Erisman, 2009; Feinsilver, 2006; Cuba Coopera, 2009). Estimou-se que o valor dessa cooperação podia atingir 2% do PIB no ano 2004 (GARCÍA, 2011, p. 36).

A cooperação cubana para o desenvolvimento social prioriza a formação de recursos humanos, pressuposto fundamental para apaziguar ou extinguir relações de dependência. “A política cubana de desenvolvimento alcança uma dimensão integral na medida em que beneficia e dignifica ao homem como sujeito principal do processo”. (FERNÁNDEZ; DUYOS, 1996, p. 98).

### **3.5 Limites e Constrangimentos**

A década de 1990 trouxe consigo implicações substanciais sobre a dinâmica global com a desintegração e queda da União Soviética. O evento exerceu enorme

impacto sobre Cuba e, em adição a outros constrangimentos provenientes do âmbito externo – intensificação do bloqueio norte-americano através de medidas sucessivas (emenda Torricelli em outubro de 1992; lei Helms-Burton 1996 e o programa da “Comissão para ajudar uma Cuba Livre” 2004) impeliu uma série de mudanças estruturais de cunho econômico tendo em vista uma reinserção na economia internacional e sobrevivência ao “Período Especial” (TORRES; CRUZ, 2011, p.386; GONZÁLEZ, 2000, p. 6; FERNÁNDEZ; DUYOS, 1996, p.103).

O desaparecimento do campo socialista deu origem a uma crise que provocou a instauração do “Período Especial”, dadas as “condições externas hostis sob as quais o processo revolucionário cubano evoluiu – o embargo ilegal dos Estados Unidos, a inevitável solução Soviética nos anos 1970, e o drástico ajuste trazido pelo fim da União Soviética em 1990” – não havia possibilidade de manter um equilíbrio sem promover profundas mudanças, “já que os países socialistas forneciam 85% das importações cubanas, 80% dos investimentos e recebiam ao redor de 80% das exportações do país” (SANTOS, 2009, p. 44; GONZÁLEZ, 2000)

Sob tal conjuntura,

se suscita a necessidade inevitável de repensar toda a política econômica, dando uma interpretação propriamente nacional das idéias revolucionárias sobre o socialismo. Se impõe uma nova visão sobre o papel do mercado na economia, ganhando este um maior espaço de atuação sem chegar a impor sua hegemonia (FERNÁNDEZ; DUYOS, 1996, p.103).

As mazelas da crise produziram rapidamente a redução do PIB em 35% entre 1989-1993 e intensos reveses para a condição de vida da população que, apesar dos esforços do governo, careciam de produtos básicos que eram importados principalmente da União Soviética, um exemplo disso foi a queda de mais de 30% na aquisição de calorias e proteínas pela população (GARCÍA, 2011, p. 29).

Contudo, enquanto muitos acreditavam na inevitabilidade da sobrevivência do socialismo cubano, o Estado foi capaz de se ‘reinventar’ em meio às imposições provenientes dos ajustes neoliberais amplamente difundidos ao redor do mundo ao introduzir alterações necessárias em sua política econômica para adaptação às condições que prevaleciam à época, voltadas ainda para o resguardo do modelo socialista.

Através de amplo debate com toda a população, foram delineados novos caminhos para a política econômica interna - regida pelo imperativo de reestruturar a

economia cubana no âmbito interno e reinseri-la na conjuntura internacional – que passa a adotar uma estratégia de ajuste “que se distancia essencialmente da terapia de choque clássica, caracterizada pela liberalização absoluta das forças de mercado e eliminação das realizações sociais, o que permite distinguir o caso cubano como um projeto alternativo” (FERNANDEZ; DUYOS, 1996, p.113; GARCÍA, 2011, p. 31).

Segundo García (2011, p. 29), “o processo de transformação do paradigma econômico se caracterizaria por abrir um considerável espaço aos mecanismos de mercado sem renunciar à essência do socialismo, visando à recuperação da produção e dos serviços” e, nesse aspecto, González (2000, p. 7) destaca que “sua lógica partiu de um conjunto inicial de medidas de política econômica externa nos primeiros anos da década de 1990, que propiciaram um processo de abertura conducente a uma nova participação na economia internacional”.

Para sobreviver em uma economia global, isolada pelos EUA, Cuba iniciou uma série de reformas fundamentais e está buscando uma integração maior com a economia global e uma crescente abertura a outras forças da globalização (cultural, ideológica, tecnológica, demográfica, etc.) As reformas incluem uma maior abertura ao investimento estrangeiro e ao turismo com as suas associadas influências culturais e movimentos de pessoas (SPIEGEL; YASSI, 2004, p. 101-102).

Após uma série de medidas e fases difíceis para todo o povo, o país conseguiu sair da crise e, ainda, diversificar e reestruturar programas sociais concomitantes à relativa abertura econômica sem se desvencilhar do componente ideológico. A percepção do desenvolvimento nesses parâmetros nos leva a questionar a presunção de que o caminho neoliberal é o único caminho para o desenvolvimento.

De acordo com Spiegel e Yassi (2004, p. 101-102) na medida em que os países latino-americanos adotaram políticas para estabelecer condições de desenvolvimento segundo a receita neoliberal, obtiveram efeitos inversos de declínio. Os autores argumentam que o FMI e o Banco Mundial “mais ou menos ditaram cortes em programas sociais” como condição para o recebimento de assistência econômica, atuando incisivamente para que os países se abrissem ao comércio, “estas instituições financeiras enxertaram grandes pressões sobre a soberania nacional em si”.

Huish e Kirk (2007, p. 84) também chamam atenção para a questão ao afirmar que “enquanto Cuba oferece educação gratuita, privatizações em

treinamento e acessibilidade estão dominando o Sul”. Assim, “reformas nos serviços de saúde sob estrutura liberal têm aumentado a desigualdade e reduzido a acessibilidade, especialmente para setores sociais mais pobres”.

E sublinham outra concepção de globalização,

‘O que, então, é a essência da filosofia cubana que o mundo precisa saber mais?’ Fidel Castro afirmou sucintamente: ‘Qual é o segredo? Encontra-se no fato real de que o capital humano vale muito mais do que o capital financeiro. O capital humano envolve não só o conhecimento, mas também, e isso é essencial, consciência, ética, solidariedade, sentimentos verdadeiramente humanos, espírito de sacrifício, heroísmo e a capacidade de fazer um pouco percorrer um longo caminho’ (Castro, 2005 *apud* HUISSH; KIRK, 2007, p. 90).

Os limites e constrangimentos impostos por alterações sistêmicas no âmbito internacional – queda do campo socialista, aumento do bloqueio econômico estadunidense - contribuíram para desestabilizar a política externa cubana, principalmente no que tange à cooperação com outros países em desenvolvimento. Todavia, Cuba não deixou de honrar compromissos estabelecidos antes do período especial – um exemplo são os programas de bolsas de estudo, que se foram se extinguindo na medida em que os estudantes concluíam os estudos (LÓPEZ, 2010, p. 60).

### **3.6 A agenda atual de cooperação cubana para o desenvolvimento**

As alterações ocorridas no âmbito internacional ao final da década de 1980 implicaram profundamente sobre o modelo de cooperação cubano e impeliram o país não apenas a reestruturar seu sistema econômico, mas estabelecer novas bases para sua cooperação, além de diversificar as relações externas.

Houve uma inversão na dinâmica de cooperação do país a partir do processo de recuperação endógeno, que propiciou condições favoráveis ao desenvolvimento de um novo modelo de cooperação, uma vez que antes da crise, “a cooperação recebida superava amplamente a outorgada e tinha um peso decisivo nas relações econômicas externas do país” e, atualmente, a cooperação recebida tem um papel complementar – ampliando significativamente as possibilidades de cooperação. (GONZALEZ, 2000, p. 16).

De acordo com González (*ibid.*, p. 18), condições essenciais viabilizaram a expansão da cooperação internacional sobre os princípios da solidariedade:

o processo de recuperação da economia; o potencial em recursos humanos, materiais e desenvolvimento técnico-científico; objetivos estratégicos para superar restrições ao crescimento econômico; combinação de formas de gestão descentralizada com a direção planejada da economia - o que permite garantir objetivos estratégicos e interesses sociais; diversificação dos agentes econômicos; expansão de laços econômicos externos; presença de um quadro institucional para impulsionar a cooperação como um complemento e não um substituto da estratégia de desenvolvimento sócio-econômico.

Sob o prisma da Cooperação Sul-Sul, o desenvolvimento de capacidades – especialmente nas áreas de educação, saúde e cooperação técnica - produz benefícios palpáveis para populações de países em desenvolvimento e concede ferramentas para que sejam alterados alguns dados do problema. A maior parte dos projetos de Cuba adota este viés, conferindo maior importância ao compartilhamento de capacidades e experiências próprias com outros países que se encontram em patamar semelhante em termos de desenvolvimento econômico – estabelecendo, portanto, uma conexão que difere da cooperação tradicional (ALOP, 2010).

Para Martinez (2009) a solidariedade internacional, a cooperação e o intercâmbio de experiências são

decisivos para uma cooperação internacional solidária e efetiva, onde cada país contribui com sua principal riqueza. Cuba fornece recursos humanos, na maioria dos casos, em outros se realiza transferência de tecnologias e, desta forma, se traçam em conjunto estratégias efetivas que servem para direcionar a ajuda para a potencialização das capacidades nacionais, melhorar a saúde das populações e enfrentar as diferentes crises que afetam o mundo. Permite a unidade entre os povos e a sustentabilidade de ações

Apesar das dificuldades econômicas, financeiras e comerciais impostas durante mais de quarenta anos de bloqueio econômico, o papel protagonizado em atividades de cooperação Sul-Sul desde a década de cinquenta posiciona o país como pioneiro e, sobretudo, jogador chave no âmbito. O engajamento histórico no Movimento dos Não Alinhados e ativa militância no G-77 evidenciam o comprometimento de Cuba com o desenvolvimento e necessidades para o fortalecimento da cooperação sul-sul.

A agenda de cooperação para o desenvolvimento de Cuba contempla, atualmente, diversos projetos – principalmente na área da saúde, educação, agricultura e cooperação técnica. No sistema multilateral, especialmente com Food and Agriculture Organization (FAO) e Organização Mundial da Saúde (OMS). No âmbito regional, tem realizado importantes projetos no contexto da Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) e, sobretudo, continua

esforços de cooperação com uma multiplicidade de países africanos e logrou em expandir seu principal projeto na área da saúde ao Pacífico Sul – Ocidental.

Os principais programas de cooperação para o desenvolvimento de Cuba são:

- **Programa Especial de Segurança Alimentar (FAO):**

O Programa Especial de Segurança Alimentar (PESA) tem como objetivo central a redução da fome e desnutrição em países de baixos rendimentos e com déficit de alimentos onde é implementado. Há paralelamente a cooperação no campo da saúde em grande número destes projetos. Estabelece instrumentos capazes que atingir a meta da Cúpula Mundial da Alimentação em reduzir pela metade o número de pessoas que passam fome no mundo até 2015, mediante recursos destinados a elevar o potencial local de produção e geração de empregos. O programa se desenvolve a partir de acordos tripartite entre o país receptor, a FAO, e Cuba. São fornecidos técnicos e especialistas em agricultura e pesca para transferência de experiências e conhecimentos auxiliando o desenvolvimento das comunidades rurais. No âmbito deste programa, foram assinados acordos com Cuba para países africanos (Cabo Verde, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau) e do Caribe (Guiana, Granada, Haiti, São Vicente e Granadinas, Dominica, St. Kitts e Nevis, Antígua e Barbuda, e República Dominicana) (ALOP, 2010, p. 5-6).

- **Programa Integral de Saúde (PIS):**

O principal objetivo do programa é ampliar as capacidades de atendimento médico nas áreas rurais, envolvendo envio de especialistas do campo da saúde para as principais áreas afetadas. O programa conta com o amparo de concessão de bolsas a estudantes estrangeiros na ELAM – Escola Latino-Americana de Medicina, e esforços do governo cubano para capacitar o maior número possível de pessoas para que retornem aos seus países e se tornem agentes efetivos no processo de desenvolvimento. Cuba está envolvido na campanha internacional contra o HIV / AIDS na África de forma abrangente. Este programa de cooperação é gratuito para o país de acolhimento, mas, no entanto, sob o arcabouço da Organização Mundial da Saúde foi requerido pelo país esforços da comunidade internacional no projeto para

que fosse possível atingir maiores resultados – e agora o programa conta com cooperação triangular com organizações internacionais e ONG's (por exemplo, no Haiti). Além de atendimento médico, o trabalho geralmente é complementado com assistência técnica para melhorar o desempenho dos serviços hospitalares locais, com programas de formação de recursos humanos locais. Países africanos (destinatários): Angola, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Chade, Congo, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Guiné (Conakry), Lesoto, Mali, Moçambique, Namíbia, Níger, Ruanda, RASD (Sara Ocidental), São Tomé e Príncipe, Seychelles, Serra Leoa, África do Sul, Suazilândia, Uganda e Zimbábue. (ÁLVAREZ; CRUZ, 2010, p. 25; TORRES; CRUZ, 2011).

Cuba leva “cooperação técnica para um nível mais profundo, através de ‘sistemáticos programas de grande escala, com forte componente de formação massiva e de uma ética de serviço público massivo’ ” (ANDERSON, 2010). Isso leva ao “desenvolvimento de capacidades às bases e aumenta as contribuições da Cooperação Sul-Sul para o empoderamento dos pobres e marginalizados, para que possam reivindicar seu direito ao desenvolvimento” (ALOP, 2010, p. 24).

- ***Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA):***

Ao final de 2004, uma nova possibilidade de inserção internacional se abre para Cuba nos marcos da ALBA. Com a intenção de promover integração regional (latino-americana e caribenha), a iniciativa que nasce em 2001 através da Venezuela representou uma contraposição à proposta dos EUA para uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Desde o início Cuba aderiu à proposta e, em virtude disso, uma série de missões voltadas para o desenvolvimento foi estabelecida de forma conjunta entre os governos de Cuba e Venezuela, dentre elas: “*Misiones Barrio Adentro I y II* (surgem com a finalidade de eliminar a falta de acesso aos serviços de saúde), *Misiones Robinson I y II* (erradicação do analfabetismo e continuidade aos estudos primários), *Misión Ribas* (alcançar o nível médio superior na educação), *Misión Sucre* (voltado à educação superior), *Misión Cultura Corazón Adentro* (garantir o acesso massivo à cultura, proporcionar divulgação e criação de manifestações culturais dos setores populares e comunitários e incentivar a

participação comunitária, como uma estratégia para consolidar a identidade nacional)” (ÁLVAREZ; CRUZ, 2010, p. 40-47).

Nesse contexto, foram afirmados valores de bem-estar social, equidade e ajuda econômica mútua e, atualmente, compõem o grupo: Antígua e Barbuda (ingressou em 2009), Bolívia (2006), Cuba (2004), Dominica (2008), Equador (2009), Nicarágua (2007), São Vicente e Granadinas (2009), e Venezuela (2004).

- **Programas de Educação e Alfabetização Universal:**

No campo da educação, Cuba já graduou em suas instituições de ensino superior e técnico aproximadamente 50.000 estudantes provenientes de 120 países diferentes desde 1961. A criação da Escola Latino-Americana de Ciências Médicas (ELAM) em 1998 como suporte complementar à continuidade dos programas de saúde através da formação de recursos humanos educou mais de 9.000 estudantes de 25 países divididos entre América Latina, Caribe, Estados Unidos e África. O engajamento em desenvolver capital humano impulsionou o estabelecimento de escolas de medicina em alguns países do Terceiro Mundo, como: Iêmen, Venezuela, Timor Leste, Guiné Bissau, Gâmbia, Guiné Equatorial, Eritréia. Na luta contra o analfabetismo, educadores cubanos desenvolveram um método de alfabetização chamado “Sim, eu posso” que aplica métodos de ensino diferenciados através de meios de comunicação como rádio e televisão de amplo acesso, o que permite atingir maior número de pessoas. Até meados de 2008, o programa havia alfabetizado mais de 3.634.239 milhões de pessoas em 23 países: Venezuela, Haiti, Paraguai, Argentina, México, Equador, Bolívia, Brasil, Peru, Panamá, Guatemala, Uruguai, Honduras, Nicarágua, República Dominicana, Nova Zelândia, Moçambique, Nigéria, El Salvador, Colômbia, Guiné Bissau y Guiné Equatorial, y Timor Leste (ÁLVAREZ; CRUZ, 2010, p. 37).

- **Operação Milagre:**

Idealizada por Cuba e Venezuela sob o signo da ALBA, a Operação Milagre consiste em solucionar problemas oftalmológicos em pacientes latino-americanos e caribenhos – se estendendo posteriormente à África. Iniciado em 2004, este programa de grande impacto social “resultou no melhoramento ou devolução da

visão de 1.825.274 pessoas em 33 países. Em Cuba foram operados 175.610 pacientes e 1.649.644 em 60 centros oftalmológicos instalados em 18 países, com 93 pontos cirúrgicos doados por Cuba com a mais alta tecnologia em: Venezuela, Bolívia, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, Panamá, Nicarágua, Paraguai, Uruguai, Angola, Mali, Peru, Santa Lucia, São Vicente, Suriname, Guiana y Argentina” (MARTINEZ, 2009)

- **Cooperação Triangular:**

O estímulo da cooperação triangular está intrinsecamente conectado com o objetivo de potencializar e ampliar as ações e programas de cooperação para o desenvolvimento.

Em 2000, durante a Cúpula Sul-Sul do G-77 realizada em Havana, ascende um Programa de Cooperação Sul-Sul como alternativa de cooperação no campo da saúde a partir de um acordo firmado entre Nigéria, Líbia e Cuba.

Em tal contexto, Nigéria e Líbia aportam o financiamento enquanto Cuba provê o recurso humano e, “em sentido geral os resultados são muito positivos já que no momento de sua concepção era a única via para que estes países, com recursos econômicos escassos, pudessem contar com ajuda médica. Nesses momentos, Cuba mantém sua disposição de continuar colaborando com este tipo de Cooperação Sul-Sul” (TORRES; CRUZ, 2011, p. 388).

O país contribui para projetos da ONU no âmbito da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em fóruns regionais como CARICOM e ALBA e em fóruns multilaterais como o G-77 e o Movimento dos Não Alinhados (MNA).

### **CAPÍTULO 3: DISCUTINDO CONCEITOS E PRÁTICAS**

---

O presente capítulo tem como objetivo central desvendar os principais elementos distintivos entre as práticas de cooperação internacional com países em desenvolvimento nas esferas de ação contempladas pela tradicional cooperação Norte-Sul, a emergente cooperação Sul-Sul, e as particularidades da política cubana de cooperação internacional.

A abordagem histórica estabelecida nos capítulos precedentes edifica pressupostos fundamentais acerca das diretrizes da política externa cubana em relação aos demais países em desenvolvimento uma vez suas ações de cooperação sul-sul precedem a institucionalização desta no âmbito multilateral – sob o marco do Plano de Atuação de Buenos Aires (1978) - e evidenciam a coerência entre discurso e prática refletidos a partir da lealdade política e ideológica, claramente definidas.

A cooperação internacional para o desenvolvimento tem como antecedentes elementos constitutivos provenientes dos movimentos de emancipação afro-asiáticos do sistema colonialista e ainda da disputa ideológica Leste-Oeste que, segundo Milani (2012) “confirmam que as noções de “cooperação internacional” e “desenvolvimento” acompanham a própria história do sistema econômico capitalista, do projeto universalizante de modernização das sociedades e do liberalismo multilateral nas relações internacionais. Ambas as noções de “cooperação internacional” e “desenvolvimento” encontram suas fundações no ideal de progresso econômico e solidariedade social, bem como na necessidade de construção de amplos consensos políticos entre as nações” (MILANI, 2012, p. 212)

A ascensão da cooperação internacional para o desenvolvimento tem sua origem conectada à necessidade de estabelecer um distanciamento das práticas de ajuda externa sob o prisma do conflito Leste-Oeste, considerada como instrumento legitimador das potências dominantes em seus respectivos blocos. Nesse aspecto, a cooperação para o desenvolvimento seria um “mecanismo adequado para atenuar as diferenças existentes entre Norte e Sul, coadjuvando o desenvolvimento dos países do Sul e, ainda, como um meio de manter influência sobre antigas colônias ou ganhar influência nos novos países independentes” (IGLESIA-CARUNCHO, 2005, p. 35).

Tradicionalmente, a cooperação internacional para o desenvolvimento é considerada no marco das relações Norte-Sul, legitimada através do discurso

dominante de que os países desenvolvidos dispõem dos recursos materiais e técnicos que carecem os países subdesenvolvidos e, desta forma, a cooperação internacional se traduziria em um conjunto de transferências de recursos técnicos e financeiros em termos concessionais tendo em vista coadjuvar o desenvolvimento econômico e bem-estar social dos países recipientes (PNUD, 2003, p. 113-114; ALOP, 2010, p.3).

No entanto, há um distanciamento evidente entre o discurso e a prática da cooperação uma vez que os interesses comerciais e geopolíticos dos países doadores sobrepõem às demandas dos países receptores, e a prática de cooperar alia-se com o comportamento político, econômico e social dos receptores de acordo com os parâmetros estabelecidos e esperados pelos doadores – condicionando e constringendo tanto a cooperação quanto o desenvolvimento (PNUD, 2003, p. 113-114)

De acordo com Milani (2012) o sistema de cooperação é composto por diversos atores que se circunscrevem sob o arcabouço altamente institucionalizado e complexo, estes atores são tanto moldados pelo ambiente no qual estão inseridos quanto incidem sobre este – de acordo com suas capacidades de poder. O autor salienta a importância no reconhecimento da disparidade entre dois tipos de atores principais (doadores e beneficiários), e que a relação estabelecida entre estes “é reflexo da economia política internacional, ou seja, das assimetrias e hierarquias existentes entre o centro e a periferia, entre o Norte e o Sul do sistema internacional” (*ibid.*, p. 211)

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento pode ser definida como:

um sistema que articula a política dos Estados e atores não governamentais, um conjunto de normas difundidas (ou, em alguns casos, prescritas) por organizações internacionais e a crença de que a promoção do desenvolvimento em bases solidárias seria uma solução desejável para as contradições e as desigualdades geradas pelo capitalismo no plano internacional (MILANI, 2012, p. 211).

A evolução do sistema de cooperação internacional, suas rupturas e transcendências conectam-se intrinsecamente com mudanças sistêmicas e estruturais no plano econômico internacional. Os mecanismos políticos e econômicos que perpetuam o *status quo* dos países periféricos, abordados de forma linear, lançam luz sobre a necessidade de reflexão sobre os parâmetros de controle estabelecidos, os desafios se impõem em superar limitações impostas, e na

subversão da desigualdade inerente a um sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento erigido sobre bases de dominação.

Refletir uma mistura de princípio e pragmatismo, esta resposta parte do pressuposto da necessidade de reformulação da ordem global [...] reconhece a necessidade de engajar a ordem global com uma visão de reforma, compreender as relações de poder no sistema internacional tendo em vista subvertê-lo (HABIB, 2009, p. 147).

#### 4.1 A retórica “desenvolvimentista”

A classificação conceitual entre “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos” constrói-se em termos dicotômicos, onde a lacuna expressa na diferenciação de tais preceitos pressupõe uma medida a ser tomada e, nesse aspecto, a avaliação sobre as condições de miséria dos países periféricos e as formas de solucioná-la – sob a perspectiva dos países desenvolvidos – seria através da adoção de mecanismos voltados para a modernização conforme prescritos no modelo ocidental, ou seja, esta concepção acerca do desenvolvimento se consolida como forma de conhecimento “científico” e é institucionalizada como modelo de cooperação – “caracterizada por ser uma relação de dominação vertical, exógena, unilateral e parcial” (SÁNCHEZ, 2002 *apud* ULLRICH; CARRION, 2012, p. 3-6).

Durante a década de 1960, os modelos desenvolvimentistas dominaram o cenário internacional e foram responsáveis pelo direcionamento da cooperação internacional, que passou a ter como função promover o “progresso” mediante transferência de fluxos de capital para que fosse atingido determinado nível de “desenvolvimento” nos países periféricos. Afonso e Fernandes (2005) destacam a predominância economicista sobre os modos de pensar o desenvolvimento.

O pensamento sobre o desenvolvimento foi dominado pelos economistas keynesianos e estes centravam-se quase exclusivamente no crescimento econômico, com ênfase para a intervenção do Estado. A acumulação de capital (poupança) era vista como o principal fator na promoção do crescimento econômico. É o período de ascensão e domínio da escola e das teorias da modernização (...) as quais explicam o desenvolvimento como a transição entre dois modelos ou tipos ideais - da sociedade tradicional para a sociedade moderna ou industrial (*ibid.*, p. 25).

Segundo Pankaj (2005, p. 104) a legitimidade da cooperação Norte-Sul como promotora de crescimento e desenvolvimento de países subdesenvolvidos deriva da teoria do desenvolvimento econômico, que identifica o capital como o único fator mais importante de crescimento.

No entanto, a desconstrução desta noção teórica reside sobre suas insuficiências em desconsiderar (deliberadamente) e não incorporar às noções de desenvolvimento elementos determinantes como o progresso tecnológico, a quantidade de recursos naturais e características sócio-culturais de determinada economia como variáveis de crescimento relevantes. A complexidade da questão depreende-se, ainda, a partir das bases da condição de subdesenvolvimento inerente aos países periféricos, produto de relações de dependência colonial e semi-colonial através do retorno de lucros para investidores metropolitanos estabelecendo um processo contínuo (*ibid.*, p. 112).

A concepção de que o crescimento econômico seria capaz de cumprir com a tarefa de reduzir a pobreza e desigualdade no mundo é contestada quando observados seus efeitos reais,

afirmação contestável está [também] no plano social: o crescimento econômico seria capaz de reduzir a pobreza e as desigualdades e de reforçar a coesão social. Ora, o crescimento capitalista é necessariamente desigual e destrutivo, na mesma medida em que é criador, alimentando-se das desigualdades para suscitar ininterruptamente frustrações e novas necessidades. Há quarenta anos, apesar do considerável crescimento da riqueza produzida no mundo, as desigualdades explodiram: o abismo entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos era de 1 para 30 em 1960, e é hoje de 1 para 80 (HARRIBEY, 2004).

O enquadramento da cooperação para o desenvolvimento à economia liberal e seus pressupostos concede os pilares necessários à ascensão das Teorias da Dependência na década de 1970. Apesar de não constituírem corpo teórico homogêneo, a influência marxista-leninista é incontestável e, elaboradas no âmbito da Cepal, empreendem analiticamente o fenômeno das dinâmicas de cooperação internacional para o desenvolvimento a partir das visões da periferia (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 118; ULLRICH; CARRION, 2012, p. 4).

As assertivas elementares às teorias da dependência dispõem sobre a dinâmica do capitalismo e desenvolvimento das forças produtivas globais como determinantes estruturais do processo de subdesenvolvimento, ou seja, o subdesenvolvimento é um *produto* do desenvolvimento. Ao enfatizar a dicotomia entre centro (desenvolvido) e periferia (subdesenvolvido), articulações tendo como base a exploração da periferia pelo centro através de mecanismos de extração do excedente produzido na periferia traduzem a modalidade internacional do conceito de exploração (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 118).

No interior das correntes esquerdistas, “se põe em questão a idéia de que o “efeito derrame” do crescimento fosse suficiente para acabar com a pobreza e políticas ativas em favor da redistribuição de renda foram propostas (...). Em alguns casos – Samir Amin, Teresa Hayter, Gunder Frank -, se chegou a afirmar que para alcançar o desenvolvimento do Terceiro Mundo era necessária uma desvinculação parcial ou completa da economia internacional, argumentando que seus mecanismos constituíam um obstáculo para os modelos mais apropriados de desenvolvimento nestes países e, por outro lado, que os verdadeiros propósitos da ajuda correspondiam com os interesses econômicos e políticos dos doadores”. (IGLESIA-CARUNCHO, 2005, p. 61).

Nesse aspecto, Iglesia-Caruncho (2005, p. 61) atenta para o cerne da problemática, ao afirmar que a “idéia de que as limitações que enfrentam os países subdesenvolvidos não derivam tanto da falta de capitais internos”, mas sim da “apropriação e (mal) uso de seu excedente por parte de suas próprias classes dominantes e dos países colonialistas e neo-colonialistas, se encontram de maneira recorrente na tradição do pensamento econômico da esquerda”.

As edificações das estruturas de poder na configuração internacional inserem a cooperação internacional para o desenvolvimento sob o viés de instrumento neocolonial eficaz, uma “uma arma nova, mais barata e mais sutil” para promover interesses endógenos dos países doadores que podem se expressar de diversas formas como manter determinado regime político, acesso estratégico a locais, garantia de matéria-prima, exercer influência a fim de obter votos favoráveis em fóruns multilaterais, promoção de comércio e investimentos, constituição de mercado consumidor de produtos excedentes e imposição de pacotes de políticas macroeconômicas, como os programas de ajuste estrutural e de liberalização econômica sobre os países beneficiários (NELSON, 1968 *apud* PANKAJ, 2005, p. 118).

O impacto da cooperação para o desenvolvimento no início dos anos 1980 se reflete com o desencadeamento de crises de dívida externa nos países periféricos e, nesse contexto, Afonso e Fernandes (2005, p. 30) atentam para a reorientação dos objetivos desta cooperação e imposição de medidas de cunho macroeconômico – notadamente através dos Programas de Ajuste Estrutural concebidos sob a égide do Consenso de Washington e protagonizados pelas organizações financeiras internacionais.

As tentativas de evadir da implementação de programas macroeconômicos e estabelecer parâmetros de desenvolvimento autônomos enfrentam obstáculos reais frente à estruturação político-econômica internacional e, nesse caso,

países que adotaram Estratégias de Redução da Pobreza em substituição às medidas de Ajustes Estruturais encararam pressões comparáveis entre objetivos concorrentes. Enquanto parte das conquistas de Cuba pode ter sido viabilizada pela realidade geopolítica da Guerra Fria que levou ao apoio externo considerável, no entanto, optou por concentrar sua acumulação de capital em capital humano (...) isso proporcionou o que tem sido chamado de "a ameaça de um bom exemplo" a um mundo dominado por uma mentalidade de que não há alternativa (SPIEGEL; YASSI, 2004, p. 103).

Os países periféricos, em sua maioria, foram impelidos ao alinhamento e adesão às políticas neoliberais, sujeitos à intervenção direta do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial sobre os delineamentos de suas políticas internas. Ullrich e Carrion (2012, p. 5) destacam que tais políticas ingeridas exogenamente “conduziram à bancarrota muitos países da periferia e permitiram a transferência da riqueza do ‘Sul’ para grandes empresas e instituições financeiras transnacionais sediadas no ‘Norte’ ”.

Samir Amin (2005, p. 18-19), atenta para o papel protagonizado pelas organizações financeiras internacionais como “instrumentos implementados após a Segunda Guerra Mundiais, progressivamente calibrados para responder às exigências do desenvolvimento imperialista. A OMC, o Banco Mundial, e o FMI são os principais instrumentos para a gestão econômica do sistema, assim como são a OTAN e o G7/8 para os setores político e militar”. Nesse aspecto

a função das outras instituições internacionais é simplesmente a de secundar as estratégias definidas pelo G7. Esse é o caso do Banco Mundial (...), encarregado de formular as estratégias de desenvolvimento, mas que de fato nada mais é do que uma espécie de Ministério da Propaganda do G7 responsável pela redação dos discursos, enquanto as decisões econômicas importantes são tomadas no quadro da OMC (...) O Fundo Monetário – FMI (...) é tão somente uma espécie de Autoridade Monetária Colonial, cuja gestão é assegurada pelo imperialismo coletivo da Tríade [EUA/Europa/Japão]. O conjunto dessas instituições (...) é convocado a substituir a ONU para constituir os principais instrumentos da nova “ordem” mundial, a do apartheid em escala global. Segundo essa perspectiva, a ONU e as instituições que constituem sua “família” devem ser domesticadas, marginalizadas, e até mesmo anuladas (AMIN, 2005, p. 18-19)

As seqüelas sociais deixadas pelos planos de ajuste estrutural elaborados segundo pressupostos neoclássicos de desenvolvimento impulsionam o renascimento do debate das relações entre crescimento econômico e desenvolvimento social que, coadjuvado pela crise financeira, estabeleceram

condições propícias para a produção de uma nova teoria do crescimento e desenvolvimento humano sustentável (IGLESIA-CARUNCHO, 2005, p. 54; ULLRICH; CARRION, 2012, p. 5).

A mudança no paradigma do desenvolvimento ocorre na década de 1990, sob a premissa de um “crescimento com equidade” que passa a conceber que “o crescimento é condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento”, depende também “da formação da mão de obra, dos recursos e capacidades tecnológicas do país, do clima de competência reinante nos mercados e do funcionamento das instituições” (IGLESIA-CARUNCHO, 2005, p. 54-55).

Iglesia-Caruncho (*ibid.*) ressalta o entendimento de que “se o crescimento melhora o bem-estar social, um melhor desempenho social em áreas como educação e saúde, deriva em uma maior produtividade e, a partir disso, em uma maior eficiência econômica”. Propõe-se então a conexão entre doadores e receptores em termos colaborativos, visando superar a relação de dominação vertical e responsabilização mútua pelos efeitos produzidos (ULLRICH;CARRION, 2012, p. 5).

Embora o sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento tenha adquirido formas diferenciadas ao longo de sua evolução temporal, sua essência permaneceu intacta, – o que nos leva a debruçar sobre a necessidade de uma reflexão aprofundada acerca do atual modelo de cooperação. Transcorridos mais de 40 anos, apesar dos esforços empreendidos na erradicação da pobreza, esta ainda soa como utopia contemporânea.

As mudanças no modelo de desenvolvimento praticado não surtiram os efeitos esperados nas sociedades periféricas para as quais, teoricamente, teriam sido elaboradas e, sob tal perspectiva, questionamentos sobre os motivos **desta ineficácia tomam corpo através da “crítica ao modelo de racionalidade existente”, ascendendo ao campo teórico a proposta de** um “novo modelo pautado pela compreensão não ocidental e contra-hegemônica do mundo como alternativa construída pelo “Sul”, respeitando suas particularidades”. E, nesse arcabouço, o incentivo ao desenvolvimento reside sobre “as práticas, os atores, as relações sociais, o contexto local, privilegiando a história, as tradições culturais e territoriais locais” (ULLRICH; CARRION, 2012, p. 6)

#### 4.2 A ASCENSÃO DO SUL

As edificações das estruturas de poder na configuração internacional lançam luz sobre o desafio colocado aos países do Sul, historicamente à margem do sistema, que vem tentando alterar ou exercer algum impacto sobre a base construída para mantê-los em um processo de desenvolvimento contínuo.

Cabe, nesta temática, constituir uma identificação parcial do significado da expressão Sul, exposta por Alden, Morphet e Vieira (2010, p. 3) como

uma expressão usada para descrever as regiões do globo que têm em comum uma história política, social e econômica baseada nas desigualdades de um passado colonial ou imperialista. À medida que os níveis de desenvolvimento econômico evoluíram entre os países do Sul ao longo das últimas décadas, o conceito passou a significar mais do que uma discussão e elaboração de política externa, proximidade geográfica ou o sentido de história compartilhada. O Sul vem sendo compreendido como uma expressão ideológica para a gama de preocupações que enfrentam as regiões em desenvolvimento, que estão crescendo na diversidade econômica e política e experiência. Nesse sentido, serve como um símbolo mobilizador para um conjunto diversificado de países em desenvolvimento e faz parte de uma estratégia para gerir as relações com os países industrializados mais poderosos do Norte através de seus grupos de tomada de decisão.

O imperativo que incide sobre o desenvolvimento da consciência coletiva dos países na superação das tradicionais estruturas de poder que circunscrevem seu pleno desenvolvimento move-se em direção à noção de que:

para amenizar vulnerabilidades sistêmicas, os países necessitam orquestrar, junto aos seus pares, políticas externas que se caracterizem por alinhamentos em posições temáticas conjuntamente encaradas como prioritárias para os interesses dos países no ambiente internacional. (RODRIGUES, 2010, p. 49)

Sob a égide de tal assertiva, Guimarães (1998 *apud* RODRIGUES, 2010, p. 49) identifica essas vulnerabilidades e subdivide-as em três, onde

a primeira seria estabelecer programas de cooperação, tanto econômica quanto política, com seus países vizinhos; a segunda seria reduzir também suas vulnerabilidades econômicas externas; e por fim, desenvolver sua capacidade militar, como forma de estimular a pesquisa tecnológica e adquirir conhecimentos necessários a etapas superiores de desenvolvimento

O fato é que nações em desenvolvimento estão imprimindo ações sobre o plano internacional que têm sublinhado a intenção e necessidade de reforma ou ainda reestruturação da ordem global tendo em vista a ascensão de uma esfera

mais equitativa de negociação em defesa de seus interesses coletivos e, ao passo que se reconheçam desta forma, a capacidade de desenvolver mecanismos alternativos de cooperação para o desenvolvimento que estabeleçam algum impacto sobre a engrenagem hegemônica posta aumentará substancialmente.

Nesse contexto, a prática da Cooperação Sul-Sul pode ser analisada, de acordo com Milani (2012, p. 18), como sendo uma “ferramenta para revitalização de processos de integração regional, para produção de bens públicos regionais e restaurando e reforçando identidades históricas e culturais compartilhadas”.

Soares de Lima (2005) argumenta que “problemas crônicos de desigualdade de renda, analfabetismo e pobreza se agudizaram na década de 1990, em função da crise do modelo desenvolvimentista e do ajuste estrutural” impelem a necessidade de “conjugar o crescimento auto-sustentado com o atendimento das demandas sociais reprimidas” esta é a difícil equação a ser solucionada e, nesse aspecto, a cooperação Sul-Sul é concebida como um dos instrumentos no equacionamento deste desafio (SOARES DE LIMA, 2005, p. 24).

Preceitos como solidariedade e parceria deste tipo de cooperação sul-sul, buscando um afastamento conceitual do termo *ajuda externa* atribuído às práticas de cooperação Norte-Sul - enfatizando práticas direcionadas ao benefício mútuo, princípio da horizontalidade na cooperação e, ainda, respeito à soberania nacional. A sensibilidade ao termo “ajuda ao desenvolvimento” é uma tentativa de evadir do significado tradicional atribuído a este termo que pressupõe implicações hierárquicas, centrando-se na difusão da idéia como forma alternativa de ação cooperativa no âmbito internacional.

Os fundamentos argumentativos que circunscrevem a cooperação sul-sul consistem em

introduzir uma nova visão do desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento (quanto ao papel do Estado, em matéria de alianças entre países do Sul, quanto ao princípio da não intervenção, à defesa da horizontalidade dos programas de cooperação, etc.) (...) Boa parte do argumento político que sustenta a Cooperação Sul-Sul se fundamenta no pressuposto de que países em desenvolvimento podem e devem cooperar a fim de resolver os seus próprios problemas políticos, econômicos e sociais com base em identidades compartilhadas (excolônias, status econômico, experiência histórica, etc.), esforços comuns, interdependência e reciprocidade (MILANI, 2012, p. 227).

A interseção entre os desdobramentos da política nacional e projeção da agenda de política externa, bem como o impacto mútuo de um âmbito sobre o outro

nos remete às iniciativas de desenvolvimento e progresso que, conforme salienta Milani (2012, p. 2) é

prometido por agências de cooperação multilaterais e bilaterais tem se provado limitado, exclusivo, e algumas vezes perverso, isso é particularmente verdade quando consideramos os desafios que a globalização impõe a países em desenvolvimento em suas lutas para competir no mercado global. De fato, a “crise do desenvolvimento” resulta de integração desigual de indivíduos e classes na sociedade nacional, mas também de desigualdades entre nações no sistema internacional.

Para conseguir amenizar vulnerabilidades sistêmicas, os países necessitam orquestrar, junto aos seus pares, políticas externas que se caracterizem por alinhamentos em posições temáticas conjuntamente encaradas como prioritárias para os interesses dos países no ambiente internacional.

Samuel Pinheiro Guimarães (1998) aponta essas vulnerabilidades e as reparte, fundamentalmente, em três: (i) a primeira seria estabelecer programas de cooperação, tanto econômica quanto política, com seus países vizinhos; (ii) reduzir também suas vulnerabilidades econômicas externas; (iii) desenvolver sua capacidade militar, como forma de estimular a pesquisa tecnológica e adquirir conhecimentos necessários a etapas superiores de desenvolvimento (RODRIGUES, 2010, p. 49).

O estabelecimento de mecanismos e alianças capazes de impulsionar os poderes dos países pós-coloniais a partir da construção de uma agenda convergente, de acordo com Habib (2009, p. 147)

é em certo sentido a aplicação de um paradigma neo-realista do Sul; reconhecendo a importância do poder para a configuração internacional e desdobramentos transnacionais, mas reconhecendo que poder é sempre relacional e, portanto, aberto para o estabelecimento de mecanismos que poderiam subverter ou transformar essa mesma estrutura de poder em longo prazo.

O fato é que no âmbito do Sul, alguns seletos países vêm adquirindo maior proeminência sobre o plano econômico e político internacional – os emergentes. Contudo, Habib (*ibid.*, p. 152) reconhece algumas limitações sobre a assertiva destas novas potências regionais quanto às suas capacidades reais de incidirem sobre o sistema

talvez possam ter influência significativa em suas esferas geográficas imediatas, mas não tem a capacidade de projetar seus interesses globalmente. Coletivamente, contudo, sua capacidade de projeção global

seria significativamente melhorada/aperfeiçoada desde que possam desenvolver uma agenda estratégica comum.

Na medida em que os países emergentes adquiriram maior proeminência sobre a economia mundial, o fortalecimento da interação Sul-Sul traduz um dos elementos constitutivos do reordenamento mundial, pois não há precedentes para o crescente papel protagonizado por estes nas relações internacionais. Seus esforços estão voltados, por um lado, ao desenvolvimento de estratégias que propiciem a manutenção do *status quo* adquirido, ou seja, o resguardo das posições conquistadas no plano internacional, manutenção da ordem internacional em termos de estabilidade e, ainda, o fortalecimento das instituições. Em contraponto, atuam em busca da alteração da balança de poder de modo a serem mais contemplados, através da construção de mecanismos alternativos capazes de incidir sobre as vulnerabilidades das estruturas hegemônicas de poder tendo em vista mitigar a concentração de poder mundial (PAUTASSO, 2011 *apud* ULLRICH; CARRION, 2012, p. 7).

Milani (2012, p. 226) argumenta que é importante pensar a cooperação sul-sul sob a perspectiva analítica das políticas externas protagonizadas por estes países, uma vez que “as estratégias de CSS não são dissociadas das decisões relativas à inserção internacional desses Estados (projeção de poder político) e à internacionalização de seus respectivos capitalismo no cenário geopolítico e econômico (projeção de poder econômico regional e global)”.

No entanto, é preciso observar além das aparências, pois, enquanto é possível depreender a perspectiva de uma abordagem ideológica alternativa sublinhada por um engajamento progressivo dos países do Sul a partir de sua proeminência do âmbito econômico internacional contemporâneo que vêm se refletindo a partir de novas práticas de cooperação, todavia, estas não estabelecem uma ruptura paradigmática com a lógica norteadora dos mecanismos de controle internacionais que estabelecem as bases da “cooperação para o desenvolvimento”, ou seja, se incorporaram (ou foram incorporadas) à hegemonia internacional.

### **4.3 Hegemonia, Poder e Piedade nas práticas de Cooperação Internacional para o desenvolvimento**

A capacidade de comunicação existente entre os homens torna possível que cooperem em busca de um objetivo que almejam conquistar. A expressão das singularidades estabelece as condições de luta por direitos, esta “potencialidade é revelada na ação e na comunicação conjunta e compartilhada” que se traduz em poder (ARENDDT, 1984 *apud* NASCIMENTO, 2012, p. 158-159).

Para Hannah Arendt (1984, p. 212), “o poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para revelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para criar relações e novas realidades. [...] O poder é sempre um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável, [...] o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos e desaparece no instante em que eles se dispersam.

A origem do poder-potência é derivada das ações compartilhadas e cooperadas entre os homens e não se define pela relação meios e fins ou por instrumentos capazes de garantir sua existência, ou seja, sua manifestação não é resultante de outras ações – “É o poder-potência que autoriza ou não o comando do soberano”. Esta visão pressupõe que “quando esse poder não for resultado da ação conjunta dos homens, deixa de ser potência; ele passa a ser poder-violência, instrumentalizado para o uso da força” (NASCIMENTO, 2012, p. 158-159).

O poder na modernidade adquire novos contornos e torna-se um fenômeno que transcende a ação dos homens ao expressar sua magnitude “unicamente através de uma entidade una e universal por meio de instrumentos, sejam eles a arma ou a lei” (ARENDDT, 1984 *apud* NASCIMENTO, 2012, p. 159).

Os desdobramentos subseqüentes do presente estudo pretendem lançar luz sobre as práticas de cooperação para o desenvolvimento, evidenciando especificamente a descontinuidade entre discurso e a prática da cooperação ao identificar como se refletem os mecanismos de poder, hegemonia e piedade sobre a realidade da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Ao examinar como o poder opera no discurso internacional para o desenvolvimento, Naylor (2011) desconstrói a noção da cooperação como prática voltada para a diminuição das desigualdades sob pressupostos de solidariedade, através de um questionamento acerca de como o poder incide sobre a construção discursiva ideológica de sujeitos e identidades a serem projetadas materialmente no

intuito de fundamentar e legitimar a aplicabilidade de determinadas políticas e práticas.

Embora conceitos temáticos de desenvolvimento internacional tenham mudado significativamente após a Segunda Guerra Mundial, de acordo com reconhecimento de noções de emancipação em substituição ao paradigma da modernização e os desafios da descolonização terem sido suplantados pelos desafios da globalização, há uma noção constante em meio a tantas nuances na literatura política que consiste em admitir a existência real de certos atores com necessidades e da existência de outros com recursos capazes de suprir tais necessidades. “as necessidades e os meios são reais” (NAYLOR, 2011, p. 177).

O argumento central do estudo, segundo Naylor (2011, p. 178) é que

o poder opera entre atores do desenvolvimento para (re) criar e perpetuar uma relação hierárquica estrutural constituída, e para (re) constituir as identidades e habilidades dos atores. Mais adiante, ela demonstra que a operação de poder estrutural e poder produtivo no desenvolvimento internacional residem em (re) produzir uma Política de Piedade.

A análise provê uma perspectiva importante, pois a observância das relações estabelecidas entre atores ideacionais e materiais revela iniquidades de poder elementares que constituem o arcabouço político internacional, além de contrapor uma concepção genérica de que os acontecimentos ocorridos no contexto internacional que surtem impacto sobre a realidade endógena dos países periféricos é um fato dado (acontecimento histórico) e não necessariamente uma realidade construída através da convergência de determinados atores que dominam a cena no intuito de produzirem desdobramentos específicos (NAYLOR, 2011).

Fazendo uso da taxonomia de poder elaborada por Barnett e Duvall (2005) para “entender como acontecimentos são produzidos e como atores são diferenciadamente impossibilitados e constrangidos para determinarem seus próprios destinos” (BARNETT; DUVALL, 2005 *apud* NAYLOR, 2011, p. 182). Naylor (*ibid.*) destaca particularmente duas categorias de poder – poder estrutural e poder produtivo - que, no âmbito internacional, residem em (re) produzir uma “Política de Piedade” apresentada por Hannah Arendt em 1965.

Poder Estrutural e Poder Produtivo são definidos como

Poder estrutural é a constituição da capacidade do sujeito em relação estrutural direta um com o outro, assim como a (re) criação da relação doador-recipiente. Poder produtivo é a (re) produção socialmente difusa da subjetividade em sistemas de significado e sentido, como a normalização

das categorias construídas como “mundo desenvolvido” e “mundo em desenvolvimento” (BARNETT; DUVALL, 2005 *apud* NAYLOR, 2011, p. 182)

Os autores clarificam esta distinção entre poder estrutural e produtivo ao afirmar que poder estrutural é “a produção e reprodução de posições internamente relacionadas de subordinação, ou dominação, que os atores ocupam” e que poder produtivo é “a constituição de todos os sujeitos sociais com vários poderes sociais através de sistemas de conhecimento e práticas discursivas de um amplo e geral escopo social” (NAYLOR, 2011, p. 182).

Nesse aspecto, o poder estrutural constitui atores no interior de estruturas hierárquicas, definindo-os em termos de poder e estabelecendo um enquadramento conceitual onde “atores são definidos como dominantes e dotados de poder com grandes recursos e capacidades de ação, e outros atores são simultaneamente constituídos como submissos e desprovidos de poder com recursos e capacidades de ação limitada” (NAYLOR, 2011, p. 183).

Paralelamente, o poder produtivo constrói noções a serem concebidas como a realidade, elaboradas sob a forma de significados, normas, costumes e identidades sociais que sirvam para a elaboração da ação, ou seja, estabelece a naturalização e fixação de certos elementos quando estes são construídos discursivos intencionalmente produzidos para criar determinada percepção do que seria a realidade (NAYLOR, 2011, p. 183).

O domínio do poder produtivo repousa sobre a influência exercida sobre nossa percepção e subjetividade através do discurso.

O discurso constitui sujeitos ao ordenar nossa auto-percepção – nosso senso de quem somos e que importância isso tem”, e pode se materializar enquanto discursos moldam práticas, relações e instituições sociais. (MEDINA, 2004). É essa produção discursiva dos sujeitos, a fixação e naturalização dos significados e, a delimitação do possível, imaginável, permitido, e desejável, que é o domínio do poder produtivo (BARNETT; DUVALL, 2005 *apud* NAYLOR, 2011, p.183).

O esclarecimento das relações de poder no âmbito internacional e a construção de percepções ilusórias tendo em vista embasar e legitimar certa política nos permite vislumbrar a prática da cooperação internacional para o desenvolvimento sob outra ótica, uma vez que o discurso é cuidadosamente arquitetado de modo a refletir uma imagem construída do que se quer transmitir, ou

seja, daquilo que deveria ser, e não necessariamente condiz com o que se é – o conceito de Política de Piedade é alusiva a esta deturpação.

As dinâmicas de poder no âmbito internacional conferem visibilidade tanto à iniquidade inerente ao sistema quanto a deturpação dos pressupostos da cooperação evidenciando o desafio que há em vislumbrar o que de fato pauta as iniciativas de cooperação e o alcance de seus efeitos e, nesse aspecto

ao todo, esta definição multifacetada de poder aponta para uma assimetria e desigualdade no sistema internacional. Ideologicamente e materialmente, certos atores habitam posições superiores que lhes permitem definir não só as suas próprias políticas e agendas, mas também as dos outros. Suas posições também permitem que discursivamente influenciem a estrutura do próprio sistema e com isso a (re) constituir os atores e suas habilidades. Isto é, o sistema permite a certos agentes de ter uma capacidade assimétrica para “definir ou ser definido. (LAFHEY; MUPPIDI, 1992 *apud* NAYLOR, 2011, p. 183).

A identificação da noção posta como *Política de Piedade* com as práticas de cooperação internacional para o desenvolvimento reside sobre a anunciação do sofrimento alheio para mobilizar reações emocionais e sentimentos responsivos a este sofrimento, capazes de fundamentar e justificar a necessidade de engendrar uma ação.

Hannah Arendt em *On Revolution* (1965) enuncia a existência de “duas dimensões que os sentimentos de compaixão e piedade podem ser comparados para delinear as distinções entre estas duas respostas ao sofrimento: os *tipos* de relação entre aquele que sofre e o não afetado, e as *formas* que o não afetado lida com o sofrimento” (NAYLOR, 2011, p. 184).

O sentimento de Compaixão se estabelece através de relações diretas e conexões sentidas entre as pessoas.

Ele só existe entre dois indivíduos em relação direta, específica para um ao outro e, portanto, é totalmente incapaz de lidar com a generalidade. Compaixão é necessariamente verdadeira, e é um sentimento que deriva de paixão, não de razão. Compaixão é mais do que apenas simpatia, ele responde a sofrer como um imediato e particular “co-sofrimento” (ARENDR, 1965, p. 80).

Em outro extremo, o sentimento de Piedade corresponde à generalidade e se apóia sobre o distanciamento para com aquele acometido pelo sofrimento. É uma reação despersonalizada que não estabelece de fato o compartilhamento daquela

dor e, portanto, a dimensão do sofrimento não é compreendida em sua plenitude o que permite que a reação à este seja indiferente.

Piedade, porque não é atingida na carne e mantém sua distância sentimental, pode ter sucesso onde a compaixão sempre falhará que pode chegar à multidão e, portanto, como a solidariedade, a penetrar na lógica de mercado. (...) já que não poderia existir "sem a presença de infortúnio", tem um grande interesse na existência de pessoas que sofrem como o espetáculo de seu sofrimento é necessário para que a piedade seja evocada como um meio para justificar a ação (ARENDDT 1965 *apud* NAYLOR, 2011, p. 184).

A perversidade da Política de Piedade, principalmente quando relacionada à cooperação internacional para o desenvolvimento, se dá pela maquiagem de práticas motivadas por interesses político-econômicos justificadas como cooperação e necessidade de desenvolvimento. O sofrimento não pode deixar de existir uma vez que estas iniciativas precisam de justificativas morais-sentimentais. O reconhecimento do outro apenas como objeto distante incita que não haja de fato uma aproximação, não seja estabelecida uma conexão e a repetição histórica deste tipo de discurso termina por fabricar uma verdade conveniente.

A prática da piedade é aduzida sob elementos retórico-discursivos que são refletidos materialmente no plano da ação, como demonstra Naylor:

Retoricamente, piedade identifica uma situação, identifica os atores relevantes e sugere um remédio. Discursivamente, piedade (re) produz uma situação, re (constitui) atores em relação uns aos outros no contexto de determinada situação e, ao fazê-lo define quem pode agir e de que maneiras a ação pode ser tomada. Aqui novamente, os elementos chave da Política de Piedade são elementos chave de poder estrutural e produtivo. (2011, p. 185).

Segundo Naylor (2011, p. 185) quatro razões circunscrevem o caráter político da prática baseada na piedade, a primeira delas a ascensão do sofrimento ao discurso mediante interesses hierárquicos e não a partir de determinação objetiva, ou seja, a ação não será voltada para os maiores sofrimentos a fim de terminá-los e sim de acordo com o que convém às diversas esferas de poder; a natureza generalista do sentimento de piedade que pretende conectar à imagem construída de um sujeito abstrato o sofrimento de toda uma população; o ato de criar condições a estabelecer identificação genérica com aqueles que sofrem para conferir mérito à intervenção política, ou seja, trazer o desconhecido para a inteligibilidade e, por último, a evocação da piedade está intrinsecamente conectada com o exercício do

poder principalmente pelo fundamento desigual e hierárquico da relação entre aquele que apenas observa o sofrimento e o outro que está acometido por ele.

O discurso é elemento chave na constituição de imagens daquilo que nos é longínquo e, nesse aspecto,

este ato de tradução é fundamentalmente discursivo, formando uma ponte entre o mundo imediato, familiar e um mundo distante e desconhecido. Discurso, no entanto, não apenas relaciona fatos objetivos. Todo discurso é mediado e todo discurso é produtivo. Ferramentas textuais - pressuposições, predicados e posições - são empregados em referência a grupos construídos, como o "o vulnerável" ou "o virtuoso", que (re) constitui atores em posições relativas sociais e perpetua certa ordem social (*ibid.*, p. 185).

Os mecanismos através dos quais se realiza esta tradução se erigem sobre cálculos e medições exprimidos em indicadores, adquirindo um viés tecnocrático e, neste aspecto, o sofrimento é medido e quantificado no intuito de refletir-se materialmente para além da construção discursiva – isso possibilita que intervenções sejam feitas por agentes específicos (*ibid.*, p.186)

Devido ao discurso de desenvolvimento internacional atual operar através de relações de poder de acordo com Políticas de Piedade, que necessariamente (re) constitui sujeitos em uma relação hierárquica desigual uns com os outros, é incapaz de plenamente enfrentar as desigualdades estruturais subjacentes que estão na raiz da pobreza (*ibid.*, p. 193).

Enquanto o discurso de desenvolvimento internacional sublinha esforços voltados para eliminação da pobreza e da desigualdade no mundo, a contradição se torna palpável na medida em que o próprio discurso opera de acordo com relações estruturais desiguais de poder e baseia-se sobre estas, o que em nível prático “perpetua a mesma pobreza e desigualdade que visa eliminar, irá sempre ficar aquém deste objetivo final” (*ibid.*).

Gómez (2005, p. 57) entende que a noção de “desenvolvimento” foi consolidada como instrumento de controle, uma vez que:

O “desenvolvimento”, fracassado como instrumento de melhora social consolida-se como instrumento de controle, num momento em que esse controle caracteriza-se por seu domínio de técnicas sutis, pela modulação de intensidades, pela economia de meios, pela construção de um discurso opaco e freqüentemente tergiversador, que utiliza uma idéia como a de “desenvolvimento”, relacionada com melhora e progresso, para promover a reprodução da ordem social capitalista, que restringe esses efeitos positivos para uma minoria.

As controvérsias sobre desenvolvimento se aduzem da visibilidade acerca de sua ineficácia sobre determinada categoria de países que constituem a periferia global, enquanto projeta reflexos tidos como positivos sobre um grupo seletivo de países dentro do mesmo contexto. Contudo, o reconhecimento da questão torna-se obscuro na medida em que os mecanismos e instrumentos institucionais responsáveis pelo estabelecimento de indicadores de desenvolvimento correspondem às estruturas de poder que constroem discursivamente evidências que suportem seus argumentos e ações (LOPES, 2004, p. 194-195; NAYLOR, 2011).

A realidade sobre alguns resultados apresentados oficialmente pela cooperação internacional para o desenvolvimento é contrastada quando a análise adota uma perspectiva diferenciada sobre os dados apresentados, como foi feito por Lopes (2004, p. 194-95)

As últimas estimativas do Banco Mundial indicam que a proporção média da população em países em desenvolvimento vivendo com menos de US\$1 por dia caiu de 32 para 26% entre 1990 e 1998. A simples extrapolação desta tendência para o ano de 2015 resulta em um índice de contagem per capita de mais ou menos 17% – sugerindo que o mundo está no caminho certo para atingir o objetivo global de redução da pobreza entre 1990 e 2015. Infelizmente, a história não termina aqui. Quando o leste asiático é excluído, a pobreza da renda nos países em desenvolvimento cai muito pouco – de 35 para 33%, respectivamente. O progresso foi menor que a metade do índice necessário para atingir a meta de pobreza. O número de pobres na África subsaariana, sul da Ásia, e América Latina e o Caribe, juntos, na realidade aumentou em mais ou menos 10 milhões a cada ano desde 1990.

A razão desta disparidade, como admite Lopes (2004, p. 199) ocorre em virtude da produção de evidências sobre o que funciona ou não com base na aplicação da cooperação para o desenvolvimento nos países e, nesse aspecto, os casos bem sucedidos são observados em países que já não se enquadram plenamente sob o construto de subdesenvolvidos, enquanto as práticas despendidas sobre os países menos desenvolvidos de fato surtem efeitos limitados uma vez que “correspondem simplesmente ao preço de processos desiguais e não lineares de desenvolvimento, que produzem vencedores e perdedores em um mundo desigual”.

A forma como se dá a produção de elementos discursivos a partir das relações de poder (especificamente estrutural e produtivo) que estabelecem a criação de determinados sujeitos, bem como são consolidadas certas concepções e visões acerca de uma realidade estabelecida artificialmente projetada que adquire

contornos materiais através de ações políticas de cooperação internacional - que são legitimadas por tais construtos - nos leva a refletir sobre o que torna possível que estas construções sejam postas, de onde vêm e com que finalidade.

Nesse contexto, o conceito de Hegemonia

é apresentado por Gramsci em toda sua amplitude, isso é, algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer (GRUPPI, 1978, p. 3).

A singularidade da obra gramsciana reside sobre a análise dos processos históricos nos quais se desenvolveram os modos de dominação utilizados pela burguesia e, ao se debruçar sobre “o estudo dos fenômenos superestruturais, da política, da cultura, e do sistema de valores no contexto de uma ordem capitalista”, lança um olhar para além da esfera econômica especificamente o que lhe confere a base necessária para o estabelecimento de uma teoria contra-hegemônica proletária “adequada para as novas formas políticas do capitalismo contemporâneo” (RAMOS, 2012, p. 115).

Gramsci atenta para a condição democrática sobre a qual repousam as relações capitalistas de produção, ou seja, estas se mantêm porque a exploração ocorre com o consenso dos explorados contidos no arcabouço democrático – esta afirmação embasa o conceito de hegemonia do autor que surge da análise dos enquadramentos moldurais/comportamentais implícitos à ao indivíduo e a sociedade. O elemento fundamental é a não limitação à uma expectativa passiva diante das conseqüências provenientes das normas gerais que governam o capital, compreendendo as dinâmicas hegemônicas sob processo histórico, tomando elementos capazes de embasar processos de reversão deste domínio (GRUPPI, 1978, p. 9).

Ao lançar luz sobre a questão da hegemonia nas relações internacionais, Robert Cox (1993) utiliza o conceito gramsciano para aduzir o exercício da hegemonia na conjuntura internacional, atentando para seus mecanismos de controle exercidos a partir das organizações internacionais que solidificam a disparidade entre atores em níveis hierárquicos – perpetuando uma dinâmica de subdesenvolvimento.

O autor exprime a essência da hegemonia mundial ao afirmar que

uma hegemonia mundial é assim em seus primórdios uma expansão externa da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante. As instituições econômicas e sociais, a cultura, a tecnologia associada a essa hegemonia nacional tornam-se padrão para a emulação no exterior. Tal hegemonia expansiva se dá nos países mais periféricos na forma de uma revolução passiva. Esses países não têm a mesma revolução social profunda, nem têm suas economias desenvolvidas da mesma forma, mas tentam incorporar elementos a partir do modelo hegemônico sem perturbar as velhas estruturas de poder. Enquanto os países periféricos podem adotar alguns dos aspectos econômicos e culturais do núcleo hegemônico, eles são menos aptos a adotar seus modelos políticos. (...) No modelo hegemônico mundial, a hegemonia é muito mais intensa e consistente no núcleo e mais fraca na periferia (COX, 1993, p. 61).

A teoria de Cox (1993, p. 62) demonstra como as organizações internacionais se tornam mecanismo de expressão das normas hegemônicas globais uma vez que se estabelecem como processo de desenvolvimento de instituições e ideologias hegemônicas. Ao sublinhar as características inerentes à estas organizações internacionais, o autor foi capaz de identificar suas expressões como protagonistas de um papel hegemônico ao perceber que elas: incorporam as regras que facilitam a expansão das ordens hegemônicas mundiais; são em si um produto da ordem hegemônica; legitimam ideologicamente as normas da ordem global; cooptam as elites dos países periféricos e absorvem idéias contra-hegemônicas.

O caráter formal destas instituições as capacita para incidir ideologicamente sobre as orientações políticas dos estados e, conseqüentemente, sobre determinadas instituições refletindo orientações favoráveis às forças sociais e econômicas dominantes a serem consolidadas na política dos países endogenamente. A extensão deste domínio se intensifica, ainda, quando considerada a existência de uma “estrutura informal de influência refletindo diferentes níveis reais de poder político e econômico subjacentes ao processo formal de decisões” (COX, 1993, p. 63).

Uma noção essencial para compreender o desafio de romper certos padrões da desigualdade no arcabouço internacional repousa sobre o *transformismo*. O termo empregado por Cox ilustra a prática de cooptação empregada pelas instituições internacionais na desarticulação e enfraquecimento de tentativas contrárias à ordem estabelecida.

Os indivíduos advindos das periferias mundiais que almejam alterar o sistema a partir de seu interior são fadados a trabalhar dentro das estruturas de uma revolução passiva. A prática do *transformismo* também é capaz de absorver idéias potencialmente contra-hegemônicas – tornando-as consistentes com a doutrina

hegemônica – um exemplo marcante desta deturpação observa-se com as reivindicações no âmbito doméstico por um desenvolvimento autônomo, a idéia foi transformada para dar suporte à programas de cooperação voltados para o “desenvolvimento” segundo objetivos econômicos da economia mundial (COX, 1993, p. 63).

Somente aonde a representação nas instituições internacionais é firmemente baseada em uma articulação social e desafio político à hegemonia – sobre um bloco histórico nascente e contra-hegemônico – poderia esta participação qualificar uma ameaça real (*ibid.*).

Para Löwy (1997, p.98) o âmago da questão nos remete à visão dialética especialmente sobre a “compreensão da unidade contraditória entre a economia nacional e o mercado global” que já subjaz no fato da própria “especificidade nacional (econômica e social) ser o produto do desenvolvimento desigual do capitalismo internacional”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A cooperação internacional poderia ser um instrumento eficaz de desenvolvimento ao engajar países tendo em vista a superação de limitações que restringem seu crescimento, através de mudanças estruturais em seus sistemas produtivos.

O ato de cooperar, em si, pressupõe um elemento fundamental que reside sobre o engajamento coletivo em prol de algo maior, algo que transcende a capacidade individual e repousa sobre a mobilização de pessoas que necessitam atingir determinado objetivo – nesse caso, o desenvolvimento – e implica em transpor as barreiras que se impõem à este desafio tendo em vista o benefício mútuo através do esforço coletivo.

Ao decorrer do presente estudo, perpassamos a questão da cooperação internacional para o desenvolvimento em três níveis: A cooperação tradicional Norte-Sul, a alternativa da cooperação Sul-Sul e a prática protagonizada por Cuba no campo da cooperação para o desenvolvimento, no intuito de identificar as bases que edificam a solidariedade internacional e averiguar as particularidades inerentes à tais práticas que mobilizam a cooperação internacional em prol do desenvolvimento.

Tradicionalmente, há um nítido distanciamento entre o discurso voltado para o desenvolvimento e o exercício prático da cooperação entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Para além, as contradições são palpáveis quando consideradas as limitações impostas aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento através do arcabouço de um sistema internacional assimétrico, erigido sobre bases desiguais que é permeado por influências de poder hegemônico e, ainda assim, é responsável pelas diretrizes das políticas de cooperação para o desenvolvimento.

Na dinâmica política contemporânea, a concepção liberal de internacionalismo ou cooperação internacional fundamenta-se sobre o fortalecimento de instituições e normas internacionais para reger tanto a cooperação quanto a relação entre os países, de forma a reger a ordem social e superar as discrepâncias através da elaboração de instituições ou reformulação destas.

No entanto, estas instituições são desenvolvidas e permeadas por um ordenamento hegemônico que se sustenta sobre a existência da mesma assimetria e desigualdade que se propõem extinguir. Se o nível mais alto responsável pela elaboração das regras, delineamentos políticos e econômicos é dominado por um

determinado poder capaz de estabelecer regras, discursos e práticas de acordo com seus interesses, conseqüentemente os outros níveis também serão contaminados, é uma questão de dominação e não de desenvolvimento – a retórica do desenvolvimento é permissiva e mantenedora de um *status quo* específico - da dicotomia entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido.

A ascensão da Cooperação Sul-Sul ocorre como uma concepção alternativa - e complementar - às práticas tradicionais de cooperação, ao enfatizar a superação de limitações compartilhadas em termos de horizontalidade, e a necessidade de reformulação e reestruturação da ordem global tendo em vista conquistar uma esfera mais equitativa de negociação, incidindo sobre a balança de poder internacional. A proeminência adquirida pelas economias emergentes sobre o plano internacional de fato surtiu efeitos sem precedentes uma vez que o Sul – historicamente marginalizado – passou a imprimir esforços na cooperação com outros países em condição de desenvolvimento almejando amenizar as notáveis vulnerabilidades sistêmicas.

É necessário um olhar crítico quanto à existência de uma repetição de cálculos realistas e ambições sub-imperialistas através de práticas justificadas pelo discurso da horizontalidade, reforçada principalmente por análises superficiais que compreendem os países emergentes do Sul sob o status de poder intermediário, predisposição ao multilateralismo e parcerias no nível global e continental sem, contudo, refletir sobre os fundamentos reais e efeitos substantivos destas novas práticas de cooperação protagonizada pelo Sul para o Sul em termos de poder e hegemonia.

Há de ser considerado um elemento de suma importância: a lógica do sistema não foi subvertida e, desse modo, as novas estratégias de cooperação Sul-Sul devem ser observadas sob o viés da inserção internacional destes países, ou seja, do enquadramento destes à ordem vigente, da projeção de poder político e econômico que almejam imprimir tendo em vista conquistar e resguardar posições de poder no interior do sistema internacional.

Embora o sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento tenha adquirido formas diferenciadas no decorrer de sua progressiva evolução, ao analisarmos suas práticas voltadas para o desenvolvimento e, principalmente, as vulnerabilidades e constrangimentos advindos da conexão intrínseca com as mudanças estruturais no plano econômico internacional, é possível afirmar que sua

essência se manteve incólume e nos remete à uma reflexão profunda acerca do modelo de cooperação vigente, uma vez que o êxito de seus objetivos primordiais está demasiado longínquo, e a erradicação da fome, pobreza e desigualdade no mundo ainda soam como uma utopia contemporânea.

A particularidade do caso Cuba vislumbra-se por seu caráter dual: por um lado, tanto a política interna quanto a política externa do país são fiéis ao credo revolucionário, edificado sobre a ideologia socialista. O engajamento cubano com outros países em desenvolvimento tem como base os fundamentos do internacionalismo proletário e solidariedade internacional, arraigados na cultura cubana e presentes de forma linear durante a trajetória da política externa cubana desde seus primórdios, marcado pela convergência entre o discurso e a prática, mesmo diante de limitações palpáveis no âmbito político e econômico desde o advento da revolução em 1959.

Sob a ideologia socialista, o ato de cooperar internacionalmente está relacionado em termos estratégicos com a luta do proletariado contra o capital global e com a expressão de uma perspectiva profundamente humanista, voltada para a emancipação de todos os homens em condição de desigualdade e exploração – é este o objetivo final que circunscreve o ato de cooperar sob esta ideologia e é exatamente este valor ético que mobiliza a cooperação internacional para o desenvolvimento protagonizada por Cuba.

Por outro lado, a ação cubana no plano internacional está condicionada à ordem do sistema internacional que segue uma lógica liberal, ou seja, a particularidade da cooperação prestada por Cuba reside sobre sua posição dentro e fora do arcabouço de dominação hegemônica, o que diferencia em nível ideológico e prático sua cooperação internacional para o desenvolvimento com outros países que constituem a periferia do sistema global.

Ao sublinhar a identificação de Cuba com os demais países periféricos, foi possível depreender que a política cubana de cooperação internacional se distingue da tradicional cooperação Norte-Sul e da emergente Sul-Sul por suas ênfases em discursos e práticas solidárias, mas também por assumir seu posicionamento ideológico e político de forma clara. De fato, o engajamento cubano com o Sul é historicamente anterior à institucionalização da Cooperação Sul-Sul – tendo como marco o Plano de Atuação de Buenos Aires 1978 – o que torna o país pioneiro na prática e, sobretudo, na crítica efetiva quanto às insuficiências inerentes à natureza

da ordem internacional existente, ao objurgar a profunda iniquidade de riqueza e poder tanto dentre os Estados que compõem o sistema internacional quanto no interior deste sistema.

O presente trabalho dedicou-se a desvendar quais seriam as particularidades da política cubana de cooperação internacional com outros países em desenvolvimento, no intuito de transcender o senso comum que envolve concepções sobre o posicionamento do país principalmente na esfera política devido à sua ideologia. Entendendo que o construto de uma imagem acerca “do outro” compõe forte elemento de dominação político-ideológica que reflete a intencionalidade do ator, as representações sobre Cuba se elaboram sob tal perspectiva – representa-se o que difere dos padrões reconhecidos como “ideais” pela contraposição à idéias hegemônicas, suscitando polêmica em torno de qualquer referência ao país.

No entanto, a abordagem inerente à este estudo se dedicou a desmistificar algumas construções acerca da política promovida pelo país nas práticas de cooperação com outros países em desenvolvimento, e foram identificados elementos característicos como consistência entre o discurso e a prática, linearidade nos princípios norteadores e capacidade de adaptação frente à mudanças no âmbito interno e externo que afetassem a cooperação com outros países em desenvolvimento.

As matrizes ideológicas que constituem a política externa cubana no que tange à prática de cooperação são um reflexo do desenvolvimento endógeno nacional a partir da implementação de um programa de transformações nacionais que alteraram drasticamente as diretrizes políticas, econômicas e sociais de Cuba com o advento da Revolução em 1959. Os avanços consolidados em setores do desenvolvimento social junto aos princípios de solidariedade e internacionalismo arraigados na ideologia da nação conferem a base das relações de cooperação com outros países em desenvolvimento, evidenciando tanto o comprometimento histórico do país com o processo de mudança, quanto a propagação de uma política de desenvolvimento para além de suas fronteiras.

## REFERÊNCIAS

---

ADAMS, G. Cuba and Africa: the international politics of the liberation struggle: a documentary essay. **Latin American Perspectives**, v.8, n.1, p.108-125, 1981.

AFONSO, M. M.; FERNANDES, A. P.. **ABCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento**. Lisboa (Portugal): Instituto Marquês de Valle Flôr/Oikos, 2005.

ALDEN, C., MORPHET, S.; VIEIRA, M. A. **The south in world politics**. Basingstoke (UK): Palgrave Macmillan, 2010.

ÁLVAREZ, A. G.; CRUZ, B. A. La política social cubana: derrame hacia otras regiones del mundo. **Cuadernos de trabajo sobre el desarrollo**. n. 4, p. 7-54, 2010. Disponível em <<http://www.sodepaz.org/publicaciones-mainmenu-40/cuadernos-sobre-el-desarrollo-mainmenu-42/1211-cuba-principal-protagonista-de-la-cooperacion-sur-sur.html>> Acessado em 20 abril 2012.

AMIN, S. O imperialismo, passado e presente. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, Junho 2005.

ANDERSON, T. Cooperación Cubana um salud a Timor Oriental y el Pacífico Suroccidental. In: ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DE PROMOCIÓN, Alop-Colombia. **Cooperación Sur-Sur: um desafio al sistema de la ayuda**. The Reality of Aid. 2010. p. 43-53. Disponível em <<http://www.alop.or.cr/>> Acessado em 12 março 2012.

ANDERSON, T. HIV/AIDS in Cuba: a rights-based analysis. **Health and Human Rights Journal**, v.11, n.1, p.93-104, 2009. Disponível em <<http://www.hhrjournal.org/index.php/hhr/issue/view/3>> Acessado em 20 outubro 2012.

ARENDDT, H. **Da revolução**. Ática, 1988.

ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DE PROMOCIÓN, Alop-Colombia. **Cooperación Sur-Sur: um desafio al sistema de la ayuda**. The Reality of Aid. 2010. Disponível em <<http://www.alop.or.cr/>> Acessado em 12 março 2012.

AYERBE, L. F. A política externa dos Estados Unidos ea trajetória do desenvolvimento cubano. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**, 11. ed. Brasília: Ed. UNE, v. 2, 1998.

BRUNDENIUS, Claes. Revolutionary Cuba at 50 Growth with Equity Revisited. **Latin American Perspectives**, v. 36, n. 2, p. 31-48, 2009.

CARVALHO, A. S. De revolução salvadora a conspiração maligna: representações da revolução cubana na imprensa escrita brasileira (1959 a 1964). 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro, 2004.

COX, R. W. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. **Cambridge Studies in International Relations**, v. 26, p. 49-49, 1993.

DE SOUSA SANTOS, B. Why has Cuba become a difficult problem for the Left?. **Latin American Perspectives**, v. 36, n. 3, p. 43-53, 2009.

DOMÍNGUEZ, J.I.; LINDAU, J. The primacy of politics: comparing the foreign policies of Cuba and México. **International Political Science Review**, v.5, n.1, p.75-101, 1984.

FARIAS, D. B. L. Contextualizando a invasão à Baía dos Porcos. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 51, n. 1, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292008000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso 17 março 2013.

FERNÁNDES, M. T. V.; DUYOS, E. F. La crisis y el ajuste cubano em lós noventa: apuntes em torno a lo social. **Perfiles Latinoamericanos**, v. 8, n. 1, p. 97-114, enero/junio, 1996. Disponível em <[Dialnet-LaCrisisYEIAjusteCubanoEnLosNoventa-2212490.pdf](http://dialnet-la.crisisyeiajustecubanoenlosnoventa-2212490.pdf)> Acesso em 7 março 2012.

FERREIRA, A. B. H.. **Dicionário do Aurélio**. Disponível em <<http://www.dicionariodoaurelio.com/Internacionalismo.html>> Acessado em 24 março 2012.

FERRO, R. P. **Cuba y África están eternamente unidas**. Disponível em <[http://www.cubasolidaridad.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=363:cuba-y-frica-esteternamente-unidas&catid=23:cooperacion-sur-sur](http://www.cubasolidaridad.org/index.php?option=com_content&view=article&id=363:cuba-y-frica-esteternamente-unidas&catid=23:cooperacion-sur-sur)> Acessado em 10 março 2013

FURTAK, R. K. Cuba: un cuarto de siglo de política exterior revolucionaria. **Foro Internacional**, v. 25, n. 4, p. 343-361, 1985.

GARCIA, J. L. R. A economia cubana: experiências e perspectivas (1989-2010). **Estud. av.**, v. 25, n. 72, p. 29-44, maio/ago. 2011.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLEIJESES, P. Cuba's first venture in Africa: Algeria, 1961-1965. **Journal of Latin American Studies**, v.28, n.1, p.159-195, feb.1996.

GLEIJESES, P. The First Ambassadors: Cuba's Contribution to Guinea-Bissau's War of Independence. **Journal of Latin American Studies**, v. 29, n. 1, p. 45-88, feb. 1997. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/15807>> Acesso em 16 outubro 2012.

GLEIJESES, P.; RISQUET, J.; REMÍREZ, F. **Cuba y África: historia común de lucha y sangre**. 2. ed. La Habana (Cuba): Editorial de Ciencias Sociales, 2008.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010. cap. 4. p. 67-80.

GÓMEZ, J.M. O “desenvolvimento” como mecanismo de controle social: desdobramentos escalares. **Revista Pegada**, v.6, n.1, p.53-57, jun.2005.

GONZÁLEZ, E. C. A. **Cuba: un modelo de desarrollo con justicia social**. Instituto Nacional de Investigaciones Económicas. 1998. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/AlvarezGonzalez.pdf>> Acessado em 22 outubro 2012.

GONZÁLEZ, E. C. A. **Descentralizacion y Diversificacion en la Economía Cubana: nuevas bases para la Cooperacion Internacional**. Instituto Nacional de Investigaciones Económicas. 2000. Disponível em <<http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2000/AlvarezGonzalez.PDF>> Acesso em 22 outubro 2012.

GOTT, R. **Cuba: una nueva historia**. Madrid (Espanha): Akal, 2007.

GRUPPI, L. O Conceito de hegemonia em Gramsci.(p. 01-16) IN: O conceito de hegemonia em Gramsci, edições Graal. **Rio de Janeiro**, 1978.

HAMMETT, D. Cuban Intervention in South African Health Care Service Provision. **Journal of Southern African Studies**, v. 33, n. 1, p. 63-81, jan./mar. 2007. Disponível em <<http://www.jstor.org>> Acessado em 16 outubro 2012.

HARRIS, Richard L. Cuban Internationalism, Che Guevara, and the Survival of Cuba's Socialist Regime. **Latin American Perspectives**, v. 36, n. 3, p. 27-42, 2009.

HUIH, R.; KIRK, J. M. Cuban Medical Internationalism and the Development of the Latin American School of Medicine. **Latin American Perspectives**, v. 34, n. 6, p. 77-92, nov. 2007. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/27648060>> Acesso em 16 outubro 2012.

IGLESIA-CARUNCHO, M. **El impacto económico y social de la cooperación para el desarrollo**. Madri (Espanha): IUDC/UCM, 2005.

KATZKY, C. “Os bons colonizadores”: Cuba’s Educational Mission in Angola, 1976-1991. **Journal of South African and American Studies**, v. 9, n. 1, p. 53-80, jan. 2008. Disponível em <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/17533170701762966>> Acessado em 16 outubro 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4.ed., São Paulo, Atlas, 2001.

LARA, J. B.; GARCÍA, D. L. L. G.; LEÓN, T. C. **Documentos de La Revolución cubana-1959**. Cuba: Editorial de Ciencias Sociales, 2006.

LEITE, I. Costa. Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos. **Observatório Político Sul-Americano**, v. 7, n. 03, 2012.

LEOPARDI, M. T. **Metodologia da pesquisa na saúde**. Santa Maria: Pallotti. 2001.

LIMA, L. M. COOPERAÇÃO, O QUE VEM A SER? **Revista Hegemonia**, v. 1, n. 2, p. 01-18, 2005.

LIMA, M. R. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Rev Bras Polit Int**. Brasília, v. 48, n. 1, p. 24-59, jan./jun. 2005.

LOPES, C. Para uma Nova Abordagem sobre o Desenvolvimento e a Cooperação Internacional. **Instituto Da Defesa Nacional**, nº103 – 2ª série p. 175-201, 2004.

LÓPEZ, D. G. Cuba y África: una sólida relación. **Cuadernos de trabajo sobre el desarrollo**. n. 4, p. 55-63, 2010. Disponível em < <http://www.sodepaz.org/publicaciones-mainmenu-40/cuadernos-sobre-el-desarrollo-mainmenu-42/1211-cuba-principal-protagonista-de-la-cooperacion-sur-sur.html>> Acessado em 10 março 2013

LÓPEZ, D. G.; PLASENCIA, Y. G.; DENIS, A. H.; GONZÁLEZ, I. G. **El partido, una revolución, en la revolución**. Selección temática 1961-2005. La Habana/Cuba: Editora Política, 2011.

LOPEZ, D.G. Relaciones Cuba-África: marco para um bojeo bibliográfico. **Estudos Afro-Asiáticos**, v.24, n.3, p.601-630.

LOWY, M. Por um novo internacionalismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v.5, p.97-105, 1997.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

MÁO JR, J. R. 60 anos da Revolução Chinesa e 50 da Revolução Cubana: Revolução e Libertação Nacional. **Revista do Professor - SinproABC**, São Paulo, v. 4, n. 11, 2009.

MESA, Roberto. **La conferencia de Bandung**. Historia 16, 1993.

MESSARI, N. ; NOGUEIRA, J. P. Teoria das relações internacionais: correntes e debates. **Elsevier**, 2005.

MILANI, C. R. S.. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. **Cad. CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, Aug. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792012000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 22 março 2013.

NASCIMENTO, M. Soberania, poder e biopolítica: Arendt, Foucault e Negri. Griot – **Revista de Filosofia**. v.6, n.2, dezembro/2012.

NAYLOR, T. Deconstructing Development: the use of Power and pity in the International Development Discourse. **International Studies Quarterly**, v. 55, n. 1, p. 177-197, mar. 2011. Disponível em <[http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/\(ISSN\)1468-2478](http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/(ISSN)1468-2478)> Acessado em 16 outubro 2012.

NUNEZ, G.G.; VERBA, E.K. International relations between Cuba and the Caribbean in the 1990s: Challenges and perspectives. **Latin American Perspectives**, v. 24, n.5, p.81-95, 1997.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da Pesquisa**: abordagem teórico-prática. 6. ed. rev. e ampl. Campinas/Sp: Papyrus, 2000. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

PANKAJ, A. K. Revisiting foreign aid theories. **International Studies**, v. 42, n. 2, p. 103-121, 2005.

PEARSON, R.; LEWIS, V. NGOs and Cuba: opportunitith or opportunism? **Development in Practice**, v.5, n.1, p.16-25, fev.1995. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/4028789> Acessado em 16 outubro 2012.

PNUD. **Cuba**: objetivos de desarrollo del milênio. 2010. Disponível em <<http://www.undp.org.cu/documentos/1-74%20Informe%20ODM%20espanol.pdf>> Acesso em 15 janeiro 2013.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO, PNUD-Cuba. Cuba y la cooperación internacional en ciencia y tecnología. In: \_\_\_\_\_. **Investigación sobre Ciencia, Tecnología y Desarrollo Humano en Cuba/2003**. 2003. cap. 6. p. 113-125. Disponível em <<http://www.undp.org.cu/idh%20cuba/cap6.pdf>> Acessado em 23 junho 2012.

PUENTE, C. A. I. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa**: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD- no período 1995-2005. Brasília: FUNAG/MRE, 2010.

RAMONET, I. **Cien horas com Fidel**: conversaciones con Ignacio Ramonet. La Habana (Cuba): Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado La Habana, 2006.

RAMOS, L. Order and power in the global political economy: the neo-gramscian contribution. **Contexto Internacional**, v. 34, n. 1, p. 113-150, 2012.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 80, Mar. 2008. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002008000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 17 março. 2013.

RUMBAUT, Luis E.; RUMBAUT, Rubén G. Survivor: Cuba The Cuban Revolution at 50. **Latin American Perspectives**, v. 36, n. 1, p. 84-98, 2009.

RUZ, F. C. **El diálogo de civilizaciones**. La Habana (Cuba): Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado de La República de Cuba, 2007.

SADER, E. **A revolução cubana**. Editora Brasil Urgente, 1992.

SANTOS, F. L. B. dos. **Origens do pensamento e da política radical na América Latina**: um estudo comparativo entre José Martí, Juan B. Justo e Ricardo Flores Magón. 2011. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14062012-163414/>. Acesso em 23/05/2012

SOARES, E. **O processo político da revolução nacional-democrática e o socialismo na América Latina**: um estudo comparativo sobre os programas da Revolução Cubana de 1959 e da Revolução Bolivariana da Venezuela. 2008. 364 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SPIEGEL, J. M.; YASSI, A. Lessons from the margins of globalization: appreciating the Cuban health paradox. **Journal of Public Health Policy**, v. 25, n. 1, p. 85-110, 2004. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/3343449>> Acessado em 16 outubro 2012.

The Pan American Sanitary Code: International Sanitary Convention Signed at Habana, Cuba, November 14, 1924. **Public Health Reports**, v.40, n.11, p.483-502, mar. 1925.

TORRES, N.M.; CRUZ, E.M. Experiencia cubana en cooperación sur-sur. **Revista cubana de Salud Pública**, v.37, n.4, p.380-393, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa quantitativa em educação. 4. ed. São Paulo. Atlas. 1995.

ULLRICH, D. R.; CARRION, R. M.. **EM ANÁLISE A COOPERAÇÃO “SUL-SUL”:** **RUPTURA IDEOLÓGICA OU REPRODUÇÃO?** In: 1º Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Brasília: Programa de Pós Graduação em Administração / Escola de Administração / Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012.

VALTER, L. Liberdade e Poder em Amartya Sen: uma Leitura Crítica. **Desenvolvimento em Questão**, v. 5.